

Custos altos



Divulgação

Dell anuncia corte de 5% de sua força de trabalho

A empresa de tecnologia Dell anunciou um corte de aproximadamente 5% de sua força de trabalho, a mais recente empresa de tecnologia a se somar a uma onda de demissões, à medida que as taxas de juros aumentam e as condições financeiras apertam. Os cortes totalizariam cerca de 6.600 empregos, com base no total de 133 mil trabalhadores.

PÁGINA 3

Excessos

Brasil contabiliza hoje 546 mil médicos ativos

O Brasil contabiliza, atualmente, 546 mil médicos ativos, uma proporção de 2,56 profissionais por mil habitantes. O número, segundo registros dos conselhos regionais de Medicina, mais que dobrou nos últimos 20 anos. Para o Conselho Federal de Medicina (CFM), o crescimento acelerado do número de escolas médicas e de vagas na última década levou a um aumento sem precedentes no número de profissionais. PÁGINA 8

Acidente



Reuters

Terremoto na Turquia deixa 2.300 mortos

O forte terremoto de magnitude 7,8 foi sentido no sudeste da Turquia e no norte da Síria na manhã de segunda-feira, derrubou centenas de prédios e matou mais de 2.300 pessoas. Acredita-se que haja mais de três mil feridos, e centenas ainda estejam presas sob os escombros. PÁGINA 5

Brasil promete ajuda

PÁGINA 5

Presidente promete reverter a queda da indústria nos desembolsos

Mercadante quer mudar TLP e elevar o crédito

Presidente do BNDES voltou a criticar o nível da TLP e disse que a taxa está acima das verificadas no custo da dívida pública



Tomaz Silva - Agência Brasil

Aloizio Mercadante assumiu na segunda-feira, 6, a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Durante a cerimônia de posse, ele voltou a falar em mudanças na Taxa de Longo Prazo (TLP), que baliza os financiamentos da instituição de fomento. Em vigor desde 2018, a TLP segue as taxas de mercado, diferentemente da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que vigorou desde 1994 e era definida pelo governo federal. Segundo Mercadante, eventual mudança na TLP será debatida com o Congresso Nacional. "Não queremos e não estamos reivindicando padrões de subsídio no Orçamento, como no passado", afirmou o novo presidente do BNDES, em sua cerimônia de posse, na sede do banco, no Rio. Mercadante

ressaltou também que não pretende que o banco de fomento dispute mercado com os bancos privados. "Não pretendemos ficar disputando mercado com o sistema financeiro privado. Queremos entrar na Febraban", afirmou Mercadante, em tom de brincadeira, dirigindo-se a Isaac Sidney, presidente da entidade que representa os bancos privados, que estava na plateia da cerimônia de posse. A posse de Mercadante marca o início do que parece ser um novo ciclo de expansão do BNDES, após quase sete anos de encolhimento, desde o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Uma das primeiras medidas anunciadas pelo então recém-indicado ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, foi justamente uma espécie de "tapering" do BNDES, com a devolução antecipada de R\$ 100 bilhões de sua dívida com a União. PÁGINA 2

CORTE DOS JUROS

Lula volta a atacar a política monetária conduzida pelo Banco Central

PÁGINA 3

CREDIBILIDADE

Alckmin afirma que Lula trouxe confiança e previsibilidade ao País

PÁGINA 2

TECNOLOGIA

Mercedes-Benz do Brasil ganha eficiência na linha de produção

A Mercedes-Benz do Brasil adotou etiquetas eletrônicas na linha de produção na fábrica em São Bernardo do Campo, no Grande ABC, com foco nas fases de pré-montagem e montagem

de cabines de caminhões que a empresa alemã produz no Brasil. Com essa tecnologia, a unidade passou a automatizar a contagem e a reposição das peças. PÁGINA 3



Divulgação

IBOVESPA 108.721,58 ↑ 0,18%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
ULTRAPAR ON NM	12,87	+4,38%	+0,54
VIBRA ON NM	16,28	+4,03%	+0,63
PETROBRAS PN N2	25,75	+3,87%	+0,96
PETROBRAS ON N2	28,85	+3,63%	+1,01
CIELO ON NM	5,11	+3,44%	+0,17

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
BRF SA ON NM	7,19	-6,99%	-0,54
MARFRIG ON NM	7,21	-6,36%	-0,49
QUALICORP ON NM	5,44	-5,06%	-0,29
VIA ON NM	2,20	-4,76%	-0,11
EZTEC ON NM	12,90	-4,30%	-0,58

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	25,78	+3,99%	+0,99
VALE ON NM	87,84	-1,25%	-1,11
ITAUUNIBANCO PN EJ N1	25,13	+0,04%	+0,01
BRASIL ON NM	39,42	+0,56%	+0,22
GRUPO NATURA ON NM	14,20	+1,43%	+0,20

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	33.891,02	-0,10%
S&P 500	4.111,08	0,61%
NASDAQ	11.887,45	-1,00%
DAX 30	15.345,91	-0,84%
FTSE 100	7.836,71	-0,82%
IBEX 35	9.159,20	-0,72%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,173	5,174	↑ 0,51%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,027	0,028	↓ -0,03%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,548	5,549	↓ -0,22%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,221	6,224	↑ 0,33%

OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
307,00	USD\$ 1.897,44

PADRÕES DE SUBSÍDIO

Mercadante assume BNDES e fala em mudar TLP e em elevar crédito

Presidente do banco de fomento refuta a possibilidade de voltar a ter subsídios fiscais com os juros mais baixos do banco e afirma que não pretende disputar mercado com as instituições privadas

Aloizio Mercadante assumiu na segunda-feira, 6, a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Durante a cerimônia de posse, ele voltou a falar em mudanças na Taxa de Longo Prazo (TLP), que baliza os financiamentos da instituição de fomento. Em vigor desde 2018, a TLP segue as taxas de mercado, diferentemente da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que vigorou desde 1994 e era definida pelo governo federal.

Segundo Mercadante, eventual mudança na TLP será debatida com o Congresso Nacional. "Não queremos e não estamos reivindicando padrões de subsídio no Orçamento, como no passado", afirmou o novo presidente do BNDES, em sua cerimônia de posse, na sede do banco, no Rio.

Mercadante voltou a criticar o nível da TLP. Segundo ele, a taxa está acima das verificadas no "custo da dívida pública". "Hoje, a TLP tem custo financeiro acima do custo da dívida. Isso penaliza as pequenas e médias empresas", afirmou o novo presidente do BNDES.

Além de refutar a possibilidade de voltar a ter subsídios fiscais com os juros mais baixos do BNDES, Mercadante ressaltou que não pretende que o banco de fomento dispute mercado com os bancos privados.

"Não pretendemos ficar disputando mercado com o sistema financeiro privado. Queremos entrar na Febraban", afirmou Mercadante, em tom de brincadeira, dirigindo-se a Isaac Sidney, presidente da entidade que representa os bancos privados, que estava na plateia da cerimônia de posse.

Mercadante também abordou a indústria em seu discurso. "Reindustrialização é para nova indústria, inovadora e descarbonizada", disse ele. "Os desembolsos do BNDES para a indústria foram de 56% do total em 2006 para 16% em 2021. Temos que reverter a queda da indústria nos desembolsos."

A posse de Mercadante marca o início do que parece ser um novo ciclo de expansão do BNDES, após quase sete anos de encolhimento, desde o impeachment da ex-presidente da República Dilma Rousseff (PT).

A guinada rumo à diminuição veio logo no afastamento de Dilma. Uma das primeiras medidas anunciadas pelo então recém-indicado ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, foi justamente uma espécie de "tapering" do BNDES, com a devolução antecipada de R\$ 100 bilhões de sua dívida com a União.

O crescimento dessa dívida, motor do gigantismo do BNDES nos governos do PT, se deu à base de aportes bilionários do Tesouro Nacional como "funding" para o banco. Foram



Ricardo Stuckert

Mercadante, Lula e Alckmin: "não pretendemos ficar disputando mercado com o sistema financeiro privado. Queremos entrar na Febraban"

PREVISIBILIDADE

Alckmin: Lula trouxe confiança ao País

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, abriu o seu discurso durante a posse do novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, elogiando o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, presente no evento. Segundo Alckmin, Lula trouxe de volta a "confiança, previsibilidade, credibilidade" para o Brasil.

"Democracia sempre, ditadura nunca mais", disse o vice-presidente, referindo-se aos atos golpistas que tentaram no dia 8 de janeiro anular a eleição de Lula à presidência da República.

Ele afirmou que existe um clima de otimismo no País, e que confia na aprovação da reforma tributária no Congresso Nacional, o que vai ajudar a reindustrialização pretendida pelo governo.

Segundo Alckmin, a reeleição de Arthur Lira para a presidência da Câmara dos Deputados e de Rodrigo Pacheco para o Senado Federal vai ajudar nessa aprovação.

"Uma das reformas que o Brasil precisa é a tributária. Ambos os presidentes se comprometeram a acelerar o andamento da reforma tributária", afirmou.

O vice-presidente da República afirmou

ainda que Brasil, Indonésia e Congo irão "sustentar o planeta na questão climática". Alckmin fez referência a aliança firmada durante a COP-27, a 27ª sessão da Conferência do Clima da ONU (Organização das Nações Unidas), no Egito, em que os três países se comprometeram a valorizar a biodiversidade dos países e promover remuneração pelos serviços ao ecossistema.

"O combate ao desmatamento e o compromisso com a economia verde. O BNDES vai ser o grande banco do fundo da Amazônia para poder operar esse recurso, fazê-lo com sua competência e experiência será central", afirmou o vice-presidente.

O discurso é uma ratificação dos objetivos anunciados pelo novo presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, que afirmou que essa será uma prioridade do banco em sua gestão. "Transitar para uma economia de baixo carbono, com empregos verdes e de baixa emissão é um imperativo que orientará a estratégia do Banco. Mas, precisamos fazer mais. Não existirá futuro sem preservar a Amazônia e outros biomas. Esta será a prioridade do BNDES no futuro", disse.

Numa demonstração de peso político da chegada de Mercadante ao

comando do BNDES, formaram o rol de autoridades no palco da cerimônia de posse, iniciada na manhã de segunda-feira, 6, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-presidente Geraldo Alckmin. A ex-presidente Dilma Rousseff também foi chamada ao palco.

Da política local, estão o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), e o prefeito da capital fluminense, Eduardo Paes (PSD). Além de Alckmin, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, é a única integrante do gabinete de alto escalão do governo Lula presente no palco.

Fora dele, na plateia da cerimônia de posse estiveram diversos ministros, como Marina Silva, Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Luiz Marinho (Trabalho).

Lula foi acompanhado, no palco, pela primeira-dama, Janja da Silva. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, também esteve na plateia. Também estiveram presentes os ministros Rui Costa (Casa Civil), Esther Dweck (Gestão e da Inovação em Serviços Públicos), Camilo Santana (Educação).

da procura das empresas por financiamentos de longo prazo - afinal, os investimentos colapsaram na recessão de 2014 a 2016, e, na retomada, seguiram rateando - quanto a questões relacionadas às condições oferecidas.

Em 2016, a diretoria comandada por Maria Sílvia Bastos Marques mudaria a taxa de juros do BNDES. O desenho da nova taxa, a TLP, antecipado pelo Broadcast no fim de 2016, aproximou os juros do banco de fomento dos cobrados pelo mercado. Era o fim do que economistas críticos chamavam de "meia-entrada" do mercado de crédito, a TJLP.

Por isso, o mercado financeiro segue atento para as possíveis mudanças que a nova gestão do BNDES, capitaneada por Mercadante, poderá fazer na TLP. Uma mudança mais profunda e uma expansão maior no crédito direcionado poderiam tirar potência da política monetária, segundo ex-diretores do Banco Central (BC).

A mudança na TLP esteve na pauta da elaboração do programa de governo do hoje presidente Lula, no ano passado, ainda que sem muito destaque. Ao longo da campanha, a ex-ministra Miriam Belchior, que trabalhou com propostas para a infraestrutura no programa de governo da candidatura de Lula, e hoje é secretária-executiva da Casa Civil, fez críticas à TLP. O próprio Mercadante teceu suas críticas, em dezembro, no gabinete de transição de governo.

De lá para cá, o novo presidente do BNDES tem dito, sem detalhes, que os planos não incluem uma volta à TJLP, mas, sim, alguma forma de moderação na TLP - as declarações são mais claras no sentido de negar a possibilidade de voltar a recorrer a aportes do Tesouro, o que ligaria um alerta sobre a possibilidade de aumento nos subsídios fiscais implícitos.

A chegada de Mercadante, petista histórico, ao BNDES dá peso político para o banco, o que poderia aumentar as chances de mudanças mais profundas, inclusive na TLP.

Mercadante tem dito que não há espaço fiscal para subsídios nos juros como antes. A questão é que, se o impulso que a nova gestão do banco pretende dar à "reindustrialização" da economia, como Mercadante também tem dito, for via condições mais vantajosas de crédito, uma simples moderação na TLP poderá ser insuficiente.

O mesmo vale para o objetivo de impulsionar o crédito para empresas de menor porte. Para o mercado, como disse uma fonte em dezembro, sob condição do anonimato, ideal seria não haver nenhuma mudança, mas a eventual aplicação de redutores à TLP seria melhor do que a recriação de uma TJLP definida administrativamente pelo governo.

cerca de R\$ 440 bilhões entre 2009 e 2014.

No governo Jair Bolsonaro (PL), a aceleração do ritmo das devoluções também foi uma das primeiras medidas anunciadas pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes. Mesmo diante de uma pausa, por causa

da crise causada pela covid-19, essa aceleração se manteria - em novembro passado, como antecipou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), o BNDES fez mais uma devolução, de R\$ 45 bilhões; os R\$ 24,1 bilhões que restaram deverão ser pré-

-pagos até novembro deste ano.

Ao mesmo tempo, o BNDES vendeu R\$ 88,5 bilhões em ações de grandes empresas, que estavam alocadas em sua bilionária carteira de participações societárias, entre 2019 e 2022, e viu suas concessões de

crédito tombarem. Em 2021, os desembolsos responderam por 0,74% do PIB, o menor nível da série histórica divulgada pelo BNDES, iniciada em 1995 - o auge, de 4,33%, foi atingido em 2010.

O tombo no crédito do BNDES se deveu tanto à queda

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsdp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:
DCRIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

AUSTERIDADE FISCAL

Lula volta a atacar a política do BC e critica os juros altos

O presidente condenou a austeridade fiscal e o fato de o salário mínimo estar sem reajuste real há sete anos e disse que o governo deveria dar aumentos anuais

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, voltou a atacar a política monetária conduzida pelo Banco Central (BC), e a independência da autoridade monetária, em discurso encerrado na segunda-feira, 6, no Rio. Segundo Lula, não “tem explicação” para a taxa básica de juros (a Selic, hoje em 13,75% ao ano) estar em “13,5%” (sic).

“O problema não é de banco independente”, afirmou Lula, em discurso na cerimônia de posse do novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. “O problema é que este País tem uma cultura de juro alto”, completou o presidente, que tratou da política monetária em dois momentos do discurso.

Lula citou especificamente a “carta” do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, numa referência ao comunicado da decisão da semana passada sobre a manutenção da Selic em 13,75% ao ano, para sustentar que não haveria motivos para os juros básicos estarem nos níveis atuais.

“É só ver a carta (sic) do Copom para ver que é uma vergonha esse aumento (sic) de juros”, afirmou Lula, que ironizou os efeitos negativos de suas críticas à política monetária e à independência do BC sobre as cotações dos ativos do mercado de capitais. “Se eu, que fui eleito, não posso falar, quem pode? O catador de materiais recicláveis?”, questionou o presidente.

Lula criticou a substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TLP), taxa que balizava os financiamentos do BNDES desde 1994, e era fixada pelo governo federal, quase sempre abaixo do nível dos juros básicos. Desde 2018, foi substituída pela TLP, que segue as taxas de mercado.

“Por que acabaram com a



Mercadante e Lula: “se temos uma dívida fiscal de 30 ou 40 anos, temos uma dívida social de 100 anos, 200 anos. Uma dívida social impagável”

TLP?”, questionou Lula, ao defender uma atuação mais forte do BNDES no financiamento de longo prazo e às empresas de menor porte.

Lula também exortou o empresariado a criticar o elevado nível dos juros, dirigindo-se ao presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, presente na plateia da cerimônia de posse de Mercadante. E sugeriu que, com o BC independente, há menos críticas atualmente.

“A classe empresarial precisa aprender a reclamar dos juros altos. Quando o BC era dependente de mim, todo mundo reclamava de juros altos”, afirmou Lula.

No discurso, Lula ainda criticou a austeridade fiscal e o fato de o salário mínimo estar sem reajuste real “há sete anos”. Para o presi-

dente, seria um “dever” o governo dar reajustes anuais no mínimo, e não apenas pela inflação.

“Se temos uma dívida fiscal de 30 ou 40 anos, temos uma dívida social de 100 anos, 200 anos. Uma dívida social impagável”, afirmou Lula.

O presidente disse ainda que o BNDES deverá privilegiar, sob a gestão Aloizio Mercadante, o financiamento de micro e pequenas empresas, ao lado de infraestrutura e exportações.

“Nos meus governos, emprestamos para muitas pequenas empresas, mas ainda foi pouco dinheiro, abaixo do volume que era preciso. Agora é importante ter a clareza que o BNDES deve privilegiar o financiamento de micro e pequenos empreendedores, para dar um salto na produção e crescimento econômico do País”, disse Lula.

O presidente também criticou o encolhimento dos desembolsos do BNDES nos últimos anos, sobretudo sob o governo de Jair Bolsonaro (PL).

“Em 2002, o BNDES desembolsou R\$ 37 bilhões para investimentos. Em 2010, R\$ 168 bilhões. Em 2013, R\$ 190 bilhões. Em 2021, apenas R\$ 54 bilhões”, assinalou Lula. “O BNDES precisa urgentemente voltar a ser o banco indutor do crescimento econômico desse país”, continuou.

Ao citar o retrospecto de desembolsos, Lula afirmou que o País cresce quando o Banco aumenta sua carteira e disse se perguntar quando é que o País vai voltar a fazer investimentos em infraestrutura. “Nós, no Brasil temos 14 mil obras paradas, das quais 4 mil só na Educação, além das estradas, algumas que

faltam 20 ou 30 quilômetros, e adutoras, as que têm água, mas não tem canalização e vice-versa. Esse país tem que ser reconstruído e a gente não pode demorar, não pode esperar muito”, disse.

Para Lula, é importante que seu governo e a nova gestão do Banco não tenha “medo” de emprestar dinheiro ao Estado, no que listou União, estados e municípios, desde que os entes tenham capacidade de endividamento, ou seja, condições de assumir e pagar dívidas.

“O que não pode é emprestar para quem não pode pagar. Mas se tem como pagar, deve ser feito. Esse banco BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica foram criados exatamente para isso, para fazer aquilo que o setor privado não pode ou não quer fazer”, afirmou o presidente da República.

CUSTO ALTO

Dell anuncia corte de 5% de sua força de trabalho

A empresa de tecnologia Dell anunciou um corte de aproximadamente 5% de sua força de trabalho, a mais recente empresa de tecnologia a se somar a uma onda de demissões, à medida que as taxas de juros aumentam e as condições financeiras apertam. Os cortes totalizariam cerca de 6.600 empregos, com base no total de 133 mil trabalhadores que a empresa informou ter no início de 2022, seu número mais recente.

“As condições do mercado continuam a se deteriorar com um futuro incerto”, disse Jeff Clarke, codiretor de operações da Dell, em um memorando aos funcionários.

Clarke afirmou que a empresa já interrompeu as contratações, limitou as viagens dos funcionários e reduziu os gastos com serviços externos, mas esses passos “não são mais suficientes”.

A Dell está tomando medidas para reorganizar suas equipes de vendas, suporte ao cliente, desenvolvimento de produtos e engenharia, disse Clarke. “Já passamos por crises econômicas antes e saímos mais fortes”, comentou.

A empresa é a mais recente grande empregadora dos EUA a reduzir sua equipe, à medida que as empresas respondem à inflação generalizada, ao aumento das taxas de juros e à normalização das tendências da pandemia.

Várias empresas demitiram milhares de funcionários em uma rodada liderada por grandes empresas de tecnologia, incluindo Microsoft e Amazon.

A Dell expandiu seu portfólio de servidores mais vendidos, com 13 Dell PowerEdge adicionais de próxima geração, projetados para acelerar o desempenho e a confiabilidade para computação poderosa em data centers principais, nuvens públicas de grande escala e locais de borda.

Servidores PowerEdge de rack, torre e vários nós de próxima geração, com processadores Intel Xeon Scalable de 4ª geração, incluem software Dell e avanços de engenharia, como um novo design Smart Flow, para melhorar a eficiência energética e de custos. Os recursos expandidos do Dell APEX ajudarão as organizações a adotar uma abordagem como serviço, permitindo operações de TI mais eficazes que aproveitam ao máximo os recursos de computação e minimizam os riscos.

“Os clientes procuram a Dell em busca de servidores eficientes, mas sofisticados e de fácil gerenciamento, com recursos avançados para potencializar suas cargas de trabalho críticas para os negócios”, disse Jeff Boudreau, presidente e gerente geral do Infrastructure Solutions Group da Dell Technologies. “Nossos servidores Dell PowerEdge de próxima geração oferecem inovação inigualável que eleva o nível de eficiência de energia, desempenho e confiabilidade, ao mesmo tempo em que simplifica como os clientes podem implementar uma abordagem Zero Trust para maior segurança em seus ambientes de TI.”

Os novos servidores Dell PowerEdge foram projetados para atender às necessidades de uma variedade de cargas de trabalho exigentes, desde inteligência artificial e análise até bancos de dados de grande escala. O portfólio expandido anunciado em novembro de 2022, incluindo a família de servidores PowerEdge XE com GPUs NVIDIA H100 Tensor Core e o pacote de software NVIDIA AI Enterprise para uma pilha completa, a plataforma de IA de produção se baseia nos avanços em inteligência artificial e aprendizado de máquina.

A introdução dos servidores Dell PowerEdge H55610 e H55620 oferece soluções otimizadas sob medida para provedores de serviços em nuvem que gerenciam data centers.

ETIQUETA ELETRÔNICA

Mercedes-Benz do Brasil ganha eficiência na linha de produção

Em constante aprimoramento de sua eficiência operacional em sua fábrica de veículos comerciais em São Bernardo do Campo, no Grande ABC, região metropolitana de São Paulo (SP), a Mercedes-Benz do Brasil adotou etiquetas eletrônicas na linha de produção, com foco nas fases de pré-montagem e montagem de cabinas de caminhões que a empresa alemã produz no Brasil. Com essa tecnologia, a unidade passou a automatizar a contagem e a reposição das peças usadas nessas etapas, otimizando o trabalho dos colaboradores que lidam com o Kanban – quadro de sinalização que controla os fluxos de produção e transporte de kits.

A aquisição de ESLs (sigla em inglês para Electronic Shelf Labels) acelerou a conferência da maior parte dos componentes utilizados na produção de cada cabina.

As etiquetas eletrônicas ainda simplificam o processo de pedido de peças, possibilitando efetuar uma ordem de disparo no próprio ponto de uso, se necessário. Também apoiam o gerenciamento de

estoques e equipamentos no local da fabricação ao proporcionar a análise de dados sobre os componentes – estando eles armazenados no rack, sinalizados no Kanban ou posicionados na linha de produção.

Além disso, a solução substituiu etiquetas de papel que eram impressas para a produção das cabinas. A ação faz parte de uma iniciativa em prol da sustentabilidade implementada globalmente pela fabricante alemã para reduzir ou eliminar a quantidade de papel que circula nas fábricas.

“Como resultado desse projeto-piloto na montagem de cabinas, as ESLs nos trouxeram maior agilidade na localização de peças na linha de produção e acuracidade nas informações exibidas no visor, que passaram a ser atualizadas em tempo real. A eliminação do uso de papéis impressos nessa etapa também garantiu a correta identificação de racks, carrinhos de pré-montagem e cabinas que entram na linha de montagem, além de maior consciência ambiental entre os colaboradores na planta”, afirma Kleber Eudócio Ribeiro, Enge-

heiro de Manufatura da Mercedes-Benz do Brasil.

Na planta da Mercedes-Benz do Brasil em São Bernardo do Campo, foram introduzidos dois tipos de tags, com dados sincronizados entre ambos. O modelo instalado nos racks tem dimensões mais amplas e exibe um número de seis dígitos com até três cores diferentes (branco, preto ou vermelho) para identificar cada veículo que entra na linha de montagem. Já o modelo compacto está acoplado aos carrinhos de pré-montagem, que separam e transportam as peças utilizadas para produzir as cabinas. Nas produções de maior complexidade, cada carrinho pode possuir até 10 ESLs, uma por cada cabina sequenciada.

Cada ESL exibe dados como nome, cor e código da peça, além do modelo do caminhão ao qual é destinada, o destino do veículo produzido (exportação ou mercado interno) e a presença ou não de itens opcionais (como ar-condicionado). Essas variações são levadas em conta para garantir 100% de correção na fabricação das cabinas dos caminhões, independentemente das características

que diferenciam cada modelo.

As tags ainda mostram dados gerenciais como data de entrega e quantidade e status do pedido. Qualquer alteração nessas informações é atualizada de forma instantânea e em tempo real no visor, garantindo transparência, flexibilidade, controle, segurança e conformidade com os prazos contratados.

A Mercedes-Benz do Brasil calcula que esse ganho de agilidade proporcionado pela tecnologia reduziu tempos de retrabalho para levantamento de dados de montagem. As etiquetas eletrônicas ajudam a afastar riscos de atraso e perda na produção. Além disso, como medida de segurança, a solução também é capaz de corrigir eventuais inconsistências nas informações carregadas do sistema – o que não era possível com o uso de papéis impressos. As ESLs são equipadas com uma luz de LED que pode piscar em diversas cores para alertar os colaboradores sobre situações fora do comum ou possíveis discrepâncias que podem afetar a produção – uma funcionalidade que ainda não foi implementada.

VOTOS

PP e Republicanos vão ao STF para invalidar a MP no Carf

A justificativa apresentada pelo governo à Justiça é de que a legislação atual tem diminuído a arrecadação fiscal

O PP e o Republicanos afirmaram que vão entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) na segunda-feira, 6, para invalidar a medida provisória que retomou o voto de desempate a favor do governo nos julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf). A volta do instrumento faz parte do pacote econômico anunciado em janeiro pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas enfrenta resistência no Congresso.

O Carf é o tribunal administrativo que julga recursos dos contribuintes a autuações da Receita Federal antes de os processos irem à Justiça.

Em 2020, o Congresso havia aprovado o fim do chamado "voto de qualidade", que permitia o desempate nos julgamentos a favor do governo.

O dispositivo, contudo, foi retomado com a MP editada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O PP e o Republicanos dizem que entrarão com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF com o argumento de que o governo quer se sobrepor a um entendimento da própria Corte. Em março deste ano, o Supremo formou maioria para validar o fim do "voto de qualidade" no Carf, mas o julgamento foi interrompido por um pedido de vistas do ministro Kassio Nunes Marques.

"A justificativa apresentada pelo Governo para tomar tal medida é de que a legislação atual tem diminuído a arrecadação fiscal. Não foi apresentada nenhuma necessidade social da matéria nem argumentos sobre a relevância e urgência, fundamentais para a apresentação de uma MP", afirmam os dois partidos, em nota.

O Carf é composto por 130 conselheiros. Metade dos membros são auditores fiscais, que representam a Fazenda Nacional. O restante



Carf: não foi apresentada nenhuma necessidade social da matéria nem argumentos sobre a relevância da MP

é composto por integrantes de confederações e entidades de classe, que representam os contribuintes. O "voto de qualidade" dava a um representante da Fazenda Nacional o direito de desempatar os julgamentos. Com o fim do instrumento em 2020, passou a valer o entendimento de que, em caso de empate, a decisão seria favorável ao contribuinte.

"Temos certeza que a MP será suspensa e a lei aprovada pela maioria do Congresso Nacional e chancelada na sua constitucionalidade pela maioria dos ministros do STF voltará a valer pelo bem do Brasil", afirma o senador Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro

da Casa Civil do governo Bolsonaro e presidente do PP.

Na última sexta-feira, 3, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) propôs que as indicações para o Carf, incluindo o presidente do tribunal, sejam submetidas ao Congresso. A FPE, que reúne mais de 200 congressistas, também tenta esvaziar a MP do governo.

A emenda apresentada pelo deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), integrante da Frente, prevê que as indicações de conselheiros do Carf e do presidente do tribunal sejam submetidas à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

do Senado. O governo e as confederações representativas de categorias econômicas e centrais sindicais teriam de enviar ao Legislativo listas triplas com nomes para o Carf.

A emenda da FPE ainda prevê a manutenção do piso de 60 salários mínimos para que uma ação seja julgada pelo Carf. A MP de Haddad aumenta esse limite mínimo para mil salários mínimos.

O ministro da Fazenda se reuniu na segunda com líderes da Câmara para discutir o teor da MP do Carf e da que trata da transferência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Banco Central para o Ministério da Fazenda.

INCERTEZA FISCAL

Mercado adia previsão de corte da taxa Selic

Após o Banco Central indicar que a taxa Selic deveria ficar em 13,75% por período mais prolongado do que o cenário de referência, o mercado financeiro adiou o primeiro corte dos juros básicos em uma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), de setembro para novembro.

Conforme a mediana do Sistema de Expectativas de Mercado, base para a publicação do Boletim Focus, o mercado projeta que a Selic deve cair de 13,75% para 13,00% na decisão de 1º de novembro, terminando o ano em 12,50%, mesmo percentual esperado na semana passada, antes do Copom.

No comunicado da decisão da última quarta-feira, 1º de fevereiro, que manteve a Selic em 13,75% pela quarta vez seguida, o BC afirmou que a incerteza fiscal e a desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos aumenta o custo para controlar a inflação.

A autoridade monetária ainda reforçou o compromisso com as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em meio às críticas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos juros elevados, à independência do BC e ao patamar das metas.

"O Comitê segue vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período mais prolongado do que no cenário de referência será capaz de assegurar a convergência da inflação", destacou o BC.

Expectativas de inflação elevadas são uma espécie de "inflação contratada", segundo economistas, o que pode impor ao BC a necessidade de manter a Selic no patamar alto por um período maior ou até mesmo elevar a taxa.

E juros básicos altos refletem no encarecimento do crédito e influenciam negativamente o consumo da população e os investimentos produtivos.

Além disso, investidores buscam retornos reais em suas aplicações financeiras, ou seja, já descontada a taxa de inflação esperada no horizonte de investimento. Expectativas de inflação mais alta fazem os investidores exi-

girem taxas de juros maiores, impactando o custo de captação de empresas e do governo

As expectativas de inflação também voltaram a piorar no Boletim Focus. A projeção para o IPCA - índice oficial de inflação - deste ano subiu de 5,74% para 5,78%. Para 2024, horizonte cada vez mais relevante para a estratégia de convergência à inflação do BC, a projeção também avançou, de 3,90% para 3,93%.

Atualmente, o foco da política monetária está nos anos de 2023 e, com maior peso, de 2024. A mediana na Focus para a inflação oficial em 2023 está bem acima do teto da meta (4,75%), apontando para três anos de descumprimento do mandato principal do Banco Central, após 2021 e 2022. Para 2024, a mediana está acima do centro da meta (3,00%), mas ainda dentro do intervalo que vai de 1,50% a 4,50%.

No Focus, a projeção para o IPCA de 2025 continuou em 3,50%, de 3,30% há um mês. Da mesma forma, a estimativa para o IPCA de 2026 se manteve em 3,50%, contra 3,20% um mês antes. A meta para 2025 é de 3,00% (margem de 1,50% a 4,50%). Ainda não há objetivo definido para 2026.

Na reunião do Copom deste mês, o primeiro do governo Lula, o BC atualizou suas projeções para a inflação no cenário de referência com estimativas de 5,6% em 2023 e 3,4% para 2024. O colegiado ainda inseriu um cenário alternativo, em que a Selic fica estável por todo o horizonte relevante. Nesse cenário, as projeções são de 5,5% para 2023 e 2,8% para 2024. O Copom manteve a Selic em 13,75% ao ano pela quarta vez seguida.

O Boletim Focus mostrou ainda relativa estabilidade no cenário de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023. A mediana para a alta do PIB em 2023 passou de 0,80% para 0,79%, contra 0,78% há um mês. Considerando apenas as 32 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2023 passou de 0,82% para 0,70%.

Para 2024, o Relatório Focus mostrou estabilidade na perspectiva de crescimento do PIB em 1,50%.

Victor Mothé | PRINCIPAIS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA (II)



CONFORME ESPECIFICADO nos artigos das três últimas semanas, o rendimento contratado para um título de renda fixa depende de condições que variam de papel para papel, de prazo para prazo e de emissor para emissor, dentre outras variáveis, que também podem impactar as taxas de juros do mercado, sendo que, usualmente, os investimentos em renda fixa ofertam remunerações baseadas em alguns indicadores de referência, caracterizando as operações de renda fixa pós-fixadas, com destaque para: (1) a taxa Selic (Sistema Especial de Liqui-

dação e Custódia); (2) a taxa do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro); e (3) a variação do IPCA, que é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; assim como, em complemento, os investimentos em renda fixa podem ofertar remunerações prefixadas, tais como, por exemplo, remuneração de 10% ao ano, 12% ao ano ou 14% ao ano. De fato, existe uma ampla variedade de alternativas de investimento em renda fixa, tanto com relação às formas de remuneração, quanto com relação aos títulos disponíveis no mercado, sendo que o segmento pode ser considerado a mais relevante categoria de investimento, uma vez que reúne diversos produtos diferentes, com destaque para os seguintes principais tipos de investimento em renda fixa, parcialmente destacados no artigo da semana passada [(1) Títulos Públicos; (2) Caderneta de Poupança; (3) CDBs (Certificados de Depósitos Bancários); e (4) debêntures], e em adição, com uma segunda parte especificada neste artigo.

A LÓGICA DO FUNCIONAMENTO das letras de crédito, tanto imobiliário (5. LCI - Letra de Crédito Imobiliário) quanto do agronegócio (6. LCA

- Letra de Crédito do Agronegócio), é semelhante à dos CDBs. Estes dois títulos também são emitidos por instituições financeiras, com a diferença de serem restritas àquelas com alguma atividade de crédito relacionada, respectivamente, ao setor imobiliário ou ao setor do agronegócio. Estes títulos contam com a cobertura do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) e normalmente oferecem taxa de remuneração nominal abaixo das taxas oferecidas pelos CDBs, uma vez que as LCIs e as LCAs são isentas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Por conta deste aspecto, mesmo com uma rentabilidade nominal menor, estes produtos podem ser mais atraentes para alguns investidores - e por isto, as instituições financeiras conseguem oferecer uma remuneração aparentemente menos favorável.

OUTRO TÍTULO DE EMISSÃO das instituições financeiras é a (7) LIG - Letra Imobiliária Garantida, que como o próprio nome sugere, representa uma aplicação financeira atrelada ao mercado imobiliário, assim como no caso da LCI e do CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários - que será comentado a seguir). Este título de renda fixa é inspirado nos denominados "covered bonds", que

são papéis com cobertura garantida, muito comuns em países europeus. Esta cobertura é semelhante ao modelo do FGC, com a diferença de que não tem limite de valor. Portanto, no caso da LIG, além da segurança da instituição financeira que emite o título, a aplicação também é coberta por uma carteira de financiamentos imobiliários, que fica separada do patrimônio do banco. Ou seja, caso o banco emissor do papel venha a ser liquidado, um conjunto de créditos imobiliários apartados vai garantir o compromisso de pagamento aos investidores. Assim como ocorre com a LCI e a LCA, a LIG é isenta do IRPF.

TÍTULOS DISTINTOS DISPONÍVEIS no segmento da renda fixa são os denominados (8) Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e (9) Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), podendo ser considerados produtos financeiros um pouco mais complexos, quando comparados aos títulos anteriormente citados. Estes papéis envolvem operações de securitização, um processo que, em resumo, transforma direitos de crédito - como as parcelas de um financiamento imobiliário ou o pagamento de aluguéis mensais - em títulos negociados no mercado

financeiro. Um exemplo de uma operação envolvendo um CRI seria o caso de uma construtora que esteja recebendo recursos financeiros periodicamente, por um conjunto de apartamentos que vendeu a prazo, em contratos de alienação imobiliária com previsão de 10 anos para pagamento.

OS COMPRADORES DOS REFERIDOS imóveis, assumiram o compromisso de quitar as dívidas ao longo dos 120 meses dos respectivos contratos, mas a construtora pode ter interesse em receber todo o dinheiro no curto prazo, para iniciar novas obras. Neste cenário, em vez de esperar até o fim do prazo de 10 anos, uma alternativa para a construtora seria disponibilizar este fluxo futuro de recebimentos, de 10 anos, em um CRI e negociar a venda destes títulos no mercado financeiro. Assim procedendo, a construtora iria transferir os créditos que detém para outros credores e conseguiria captar os recursos financeiros antecipadamente. Os investidores que adquirem um CRI ou um CRA no mercado financeiro recebem juros como forma de remuneração pelo capital. Uma vantagem destes produtos é a isenção do IRPF. Porém, os CRIs e os CRAs não possuem garantia do FGC.

DESTROÇOS

APOIO

Terremoto na Turquia e na Síria deixa mais de 2.300 mortos e 3 mil feridos

Centenas de pessoas ainda estão presas sob os escombros e destroços em cidades e vilas em toda a área e 2.818 prédios desabaram com o tremor

O forte terremoto de magnitude 7,8 foi sentido no sudeste da Turquia e no norte da Síria na manhã de segunda-feira derrubou centenas de prédios e matou mais de 2.300 pessoas. Acredita-se que haja mais de três mil feridos, e centenas ainda estejam presas sob os escombros. O número de vítimas deve aumentar à medida que equipes de resgate vasculham montes de destroços em cidades e vilas da região.

A tragédia aconteceu às 4h17 no horário local (22h10 de domingo no horário de Brasília). O epicentro foi próximo a Gaziantep, cidade turca de aproximadamente dois milhões de habitantes perto da fronteira com a Síria.

Segundo as equipes de resgate, centenas de pessoas ainda estão presas sob os escombros e destroços em cidades e vilas em toda a área. De acordo com o último balanço divulgado pelo presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, pelo menos 912 pessoas morreram e quase 5.400 ficaram feridas. Pelo menos 2.818 prédios desabaram com o tremor, o que sugere um número de vítimas muito maior.

Na Síria, o terremoto provocou ao menos 592 mortes e 1.089 ficaram feridas em áreas controladas pelo governo, enquanto as buscas sob os escombros ainda estão em andamento, segundo o Ministério da Saúde sírio citado pela agência oficial de notícias Sana.

Agências de notícias relatam que edifícios desabaram em uma faixa de fronteira que se estende das cidades de Aleppo e Hama, na Síria, até Diyarbakir, na Turquia, a mais de 330 km a nordeste.

O epicentro do terremoto foi registrado na região entre as cidades de Gaziantep e Kahramanmaraş, a uma profundidade de 10 a 24 quilômetros, segundo os serviços geológicos dos EUA e da Alemanha, que monitoram fenômenos do tipo em todo o mundo.

O número de mortos em áreas controladas pelo governo na Síria subiu para 245, com mais de 630 feridos, segundo a mídia estatal síria. Pelo menos 147 pessoas foram mortas em áreas



Terremoto: o epicentro foi próximo a Gaziantep, cidade turca de aproximadamente dois milhões de habitantes perto da fronteira com a Síria

controladas pelos rebeldes.

Agências de notícias relatam que edifícios desabaram em uma faixa de fronteira entre que se estende das cidades de Aleppo e Hama, na Síria, até Diyarbakir, na Turquia, a mais de 330 km a nordeste.

Quase 900 edifícios foram destruídos nas províncias turcas de Gaziantep e Kahramanmaraş, disse o vice-presidente Fuat Oktay. Um hospital desabou na cidade costeira mediterrânea de Iskanderoun, mas não se sabe o total de vítimas. "Infelizmente, ao mesmo tempo, também estamos enfrentando condições climáticas extremamente severas", disse Oktay a repórteres.

Imagens publicadas nas redes sociais logo mostraram os primeiros efeitos do terremoto, com o desabamento de algumas construções. A transmissão da rede de TV estatal TRT mostrou moradores saindo às ruas sob neve para avaliar os

estrágos em alguns locais.

Também houve sismos secundários, cerca de dez minutos depois do primeiro, de magnitudes que chegaram a 6,7, segundo a agência Associated Press. Autoridades de Diyarbakir afirmaram que 17 edifícios colapsaram e que há registro de pessoas presas nos escombros. Em Malatya foram mais de cem edifícios atingidos.

O ministro do Interior afirmou que a prioridade nesse momento é resgatar feridos. O serviço geológico americano alertou para o risco provável de um número grande de vítimas. Segundo testemunhas relataram à agência de notícias Reuters, o tremor durou cerca de um minuto. Relatos indicam que seus efeitos foram sentidos também em cidades de países próximos.

O presidente do país, Recep Tayyip Erdogan, tuitou para manifestar solidariedade às vítimas e destacar que os ser-

viços de emergência e resgate foram acionados, para trabalhar em conjunto sob coordenação da Autoridade de Gerenciamento de Desastres e Emergências (AFAD, na sigla em turco), com apoio dos ministérios da Saúde e do Interior. "Esperamos superar esse desastre juntos, o mais rápido possível e com o mínimo de danos", escreveu.

Na Síria, o regime relatou desabamentos nas cidades de Aleppo e Hama. Na capital, Damasco, pessoas saíram às ruas com medo devido ao tremor - o mesmo ocorreu em Beirute, no Líbano. Cidades de Chipre e Israel também foram afetadas.

A região de Gaziantep é um importante centro industrial da Turquia. Atravessado por grandes falhas geológicas, o país está entre os mais propensos a tremores do mundo. Em 1999, um sismo de magnitude 7,4 sacudiu a cidade de Izmit, no noroeste, causando mais de 17 mil mor-

tes e deixando mais de 500 mil pessoas desabrigadas.

Em 2011, um tremor de 7,1 na província de Van matou mais de 600 pessoas. Em janeiro de 2020, 40 pessoas morreram durante um sismo de magnitude 6,8 na província de Elazığ. Meses depois, em novembro, novo episódio em Esmirna fez quase cem vítimas e provocou um pequeno tsunami que inundou cidades próximas e causou danos severos na costa da Grécia.

A Turquia está sobre o encontro de duas placas tectônicas - uma espessa de bloco que flutua sobre o manto da Terra. As placas podem se mexer, de forma divergente (movendo-se em direções contrárias), convergente (chocando-se uma contra a outra) e transformante (movendo-se lateralmente); os dois últimos movimentos costumam causar terremotos.

Governo brasileiro oferece ajuda à Turquia e à Síria

O Ministério das Relações Exteriores divulgou uma nota na qual manifesta solidariedade e condolências aos povos da Turquia e da Síria, e às vítimas dos abalos sísmicos que deixaram pelo menos 1,6 mil mortos, além de "milhares de pessoas feridas" e prejuízos materiais incalculáveis.

O Itamaraty informou que está acompanhando "com grande preocupação" as informações sobre o terremoto que afetou com maior intensidade os dois países na manhã de segunda-feira (6). "O governo brasileiro está providenciando formas de oferecer ajuda humanitária às populações afetadas pelo terremoto", diz a nota.

Segundo a pasta, não há, até o momento, notícia de brasileiros mortos ou feridos. "As embaixadas do Brasil em Ancara e Damasco, bem como o consulado-geral do Brasil em Istambul, estão acompanhando os desenvolvimentos na região, em regime de plantão", acrescentou.

Mais cedo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se solidarizou com as vítimas. "Olhamos com preocupação para as notícias vindas da Turquia e Síria, após terremoto de grande magnitude. O Brasil manifesta sua solidariedade com os povos dos dois países, com as famílias das vítimas e todos que perderam suas casas nessa tragédia", disse Lula por meio de redes sociais.

O terremoto de magnitude 7,8, que ocorreu no início da manhã, foi o pior a atingir a Turquia neste século. Também foi sentido no Chipre e no Líbano. Equipes de resgate que operam em um inverno rigoroso retiravam vítimas dos escombros em toda a região.

O presidente turco, Tayyip Erdogan, disse que 45 países se ofereceram para ajudar nos esforços de busca e resgate.

Na Síria, já devastada por mais de 11 anos de guerra civil, o Ministério da Saúde informou que pelo menos 326 pessoas morreram e 1.042 ficaram feridas. No noroeste controlado pelos rebeldes sírios, as equipes de resgate afirmaram que 147 pessoas morreram.

O Serviço Geológico dos Estados Unidos informou que o terremoto ocorreu a uma profundidade de 17,9 quilômetros e relatou uma série de terremotos, um de magnitude 6.7. A região atravessa falhas sísmicas.

O castelo de Gaziantep, uma fortificação construída no século II, foi severamente danificado pelo terremoto que atingiu a Turquia e a Síria. A cidade turca que batiza o castelo fica próxima ao local onde foi registrado o epicentro do terremoto, que ocorreu às 4h17 (22h10 do domingo pelo horário de Brasília).

Imagens compartilhadas nas redes sociais mostram o antes e depois do castelo de Gaziantep, ponto turístico mais famoso da cidade turca. Situado no topo de uma colina que já era utilizada como ponto de observação pelo povo hitita séculos antes de Cristo, o castelo foi destruído parcialmente.

De acordo com o portal de divulgação cultural do governo turco, o castelo de Gaziantep foi construído como uma torre de vigia durante o período romano, mas a estrutura atual foi construída no período bizantino. O castelo tem uma forma circular, com 12 torres distribuídas em suas muralhas.

Nas imagens compartilhadas nas redes sociais é possível ver que partes das muralhas das fortalezas e torres de vigia foram abaixo e outras partes foram fortemente danificadas.

Equipes de resgate continuam a trabalhar nos dois países para resgatar possíveis sobreviventes nos escombros de centenas de edificações que cederam com o tremor.

ASSISTÊNCIA

ONU envia apoio emergencial à Turquia

O secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que as Nações Unidas estão "totalmente empenhadas em apoiar a resposta" nas áreas afetadas pelo terremoto que atingiu Turquia e Síria na madrugada de segunda-feira.

Segundo ele, as equipes da ONU estão no terreno avaliando as necessidades e prestando assistência. Guterres disse que a organização conta com a comunidade internacional para ajudar os milhares atingidos pelo desastre.

Em sua mensagem, o chefe das Nações Unidas também lembrou que muitas vítimas "já precisam urgentemente de ajuda humanitária em áreas onde o acesso é um desafio".

De acordo com o Escritório para Assuntos Humanitários da ONU, Ocha, cerca de 2 mil mortes foram reportadas na Turquia e no norte da Síria após o tremor de 7,8 de magnitude na

escala Richter atingir a região.

O epicentro ocorreu na cidade turca de Gaziantep, na fronteira com a Síria. A cidade é um importante centro de ajuda humanitária para os sírios, que vivem em situação de guerra há 12 anos.

Até a manhã de segunda-feira, os veículos de imprensa internacionais afirmaram que as autoridades turcas relatam que 1,1 mil pessoas morreram após o primeiro sismo e mais de 5,3 mil ficaram feridas.

Já na Síria, as agências de notícias reportam mais de 780 mortes e 2 mil feridos. Os números ainda estão sendo atualizados. O tremor também foi sentido no Líbano, Chipre e Israel.

Segundo o Ocha, pelo menos 78 tremores secundários foram relatados, seguidos por um segundo terremoto de magnitude 7,5 no início da tarde do horário local. O governo turco emitiu um alarme

de nível 4, pedindo ajuda internacional.

O Escritório para Assuntos Humanitários alerta que terremoto afetou fortemente o noroeste da Síria, uma região onde 4,1 milhões de pessoas dependem hoje de assistência humanitária.

No momento, as comunidades sírias são simultaneamente atingidas por um surto contínuo de cólera e eventos de inverno rigoroso, incluindo fortes chuvas e neve no fim de semana.

O Ocha afirma que a resposta humanitária está sobrecarregada com uma lacuna de financiamento de 48% identificada para o último trimestre de 2022, o equivalente a US\$ 371,1 milhões.

Os Escritórios da ONU na Turquia e na Síria afirmaram estar prontos para levar assistência às áreas mais atingidas e lamentaram as mortes e destruição causadas pelo terremoto.

remoto.

Em seu perfil nas redes sociais, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, OMS, afirmou que as autoridades nacionais estão trabalhando na busca e resgate no momento.

Segundo Tedros Ghebreyesus, equipes médicas da OMS foram atividades para fornecer suporte de saúde para feridos e mais vulneráveis nos dois países. Ele também expressou seus sentimentos às famílias e vítimas.

O Escritório da OMS na Europa afirmou estar empenhado em ajudar a Turquia a identificar necessidades imediatas e garantir uma resposta rápida. A agência de saúde também declarou estar pronta para fornecer apoio ao povo e aos governos para lidar com a emergência.

A Agência da ONU para Refugiados na Síria também afirmou

TRANSIÇÃO

Dino prevê que 80% dos garimpeiros devem deixar as terras yanomami

O ministro afirmou que a pedido do Ministério dos Povos Originários, a prioridade será a manutenção da segurança das equipes nos postos da Funai e nos centros de saúde que prestam assistência

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse na segunda-feira (6) que o governo iniciará nesta semana a transição da fase de assistência humanitária e fechamento do espaço aéreo na Terra Indígena Yanomami em Roraima, para a fase policial, de caráter coercitivo contra garimpeiros e financiadores da atividade mineral. Segundo Dino, a expectativa é que, até o fim desta semana, 80% das 15 mil pessoas envolvidas com garimpo ilegal na região já tenham deixado o local. Nessa etapa, a pedido do Ministério dos Povos Originários, a prioridade será a manutenção da segurança das equipes nos postos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e nos centros de saúde que prestam assistência aos indígenas.

"Determinei o deslocamento de mais 100 integrantes da Força Nacional que estarão, entre hoje (segunda) e amanhã (terça), chegando ao estado de Roraima para, com isso, fortalecer especialmente a segurança das bases da Funai e também dos postos de saúde. A missão primeira da Força Nacional em território Yanomami será esta", adiantou.

No total, 500 homens da Força Nacional de Segurança serão enviados ao estado nesta etapa da operação.

Dino informou que as Polí-



Dino: "É evidente que esse planejamento policial é dinâmico, acontece dia a dia. O que eu posso afirmar é que as ações policiais irão começar nesta semana"

cias Federal e Rodoviária Federal, com o apoio logístico das Forças Armadas, darão início às ações de afastamento compulsório de quem ainda não tiver saído da Terra Yanomami nesse período. Segundo o ministro, começarão a ser destruídos os equipamentos de garimpeiros, para que não voltem a ser utilizados em atividades ilegais e eliminadas as pistas clandestinas. Além disso, poderão ser presas

em flagrante pessoas que ainda estejam na região.

"É evidente que esse planejamento policial é dinâmico, acontece dia a dia. O que eu posso afirmar é que as ações policiais irão começar nesta semana", afirmou o ministro.

Sobre a saída de garimpeiros do território indígena, o ministro da Justiça disse ainda que o governo não dará nenhum tipo de apoio para isso. Os garimpei-

ros alegam dificuldade para sair da região desde que a Aeronáutica passou a controlar o espaço aéreo e proibir que aeronaves usadas na atividade criminosa sobrevoassem o território.

"Claro que estamos neste momento permitindo que essas pessoas saiam pelos seus próprios meios, mas não haverá apoio do governo federal para essa retirada, porque consideramos que há incompatibilidade

entre a natureza criminosa da atividade com o eventual apoio do governo federal", disse Dino. Sobre a questão social, o ministro acrescentou que o governador de Roraima, Antonio Denarium, está em Brasília e deve tratar do assunto com os ministros Rui Costa, da Casa Civil, e Wellington Dias, do Desenvolvimento Social.

Sobre afirmações de que o governo estaria facilitando a

fuga em massa de criminosos da Terra Indígena Yanomami, Flávio Dino disse que eles não ficarão impunes.

"Isso não é um caminho de impunidade porque as investigações estão sendo feitas e continuarão a ser feitas. Mas nós temos que entender que é uma situação política e social de alta complexidade e que é preciso ter planejamento. O uso da força sem planejamento poderia piorar o problema instalado no estado de Roraima, e nós não desejamos isso", afirmou.

O ministro da Justiça e Segurança Pública destacou que foco prioritário das investigações são os financiadores, os donos dos garimpos ilegais e aqueles que fazem lavagem de dinheiro. "Claro que temos os executores de crimes ambientais - essas pessoas estão sendo identificadas por imagens e serão alvo do inquérito policial."

Flávio Dino disse que o governo federal espera que 80% das cerca de 15 mil pessoas envolvidas no garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, saiam do território ao longo desta semana.

Segundo o ministro, já há um fluxo de saída "na casa dos milhares". A expectativa é que a saída da maioria dos garimpeiros ocorra antes do início da operação policial coercitiva - que será feita com apreensão e destruição de equipamentos, destruição de pistas clandestinas e eventuais prisões em flagrante.

PROPORCIONALIDADE

Mesa do Congresso define as vagas dos partidos na Comissão Mista de Orçamento

A Mesa do Congresso Nacional define neste mês o espaço que os partidos e blocos parlamentares vão ocupar na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A representação de cada legenda deve respeitar o critério da proporcionalidade: as maiores bancadas no Senado e na Câmara ficam com mais cadeiras. O presidente do colegiado será um senador, enquanto um deputado federal deverá assumir a função de relator-geral do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024.

A CMO é uma das mais importantes comissões do Congresso Nacional. Ela é responsável por dar parecer e votar matérias que compõem o chamado ciclo orçamentário: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Além disso, o colegiado analisa os projetos de créditos adicionais ao Orçamento sugeridos pelo Poder Executivo.

A divisão das cadeiras entre partidos e blocos é publicada na segunda quinzena de fevereiro. Depois disso, os líderes têm até o dia 7 de março para indicar os membros da comissão. São 40 titulares, sendo 10 senadores e 30 deputados.

O Regimento Comum do Congresso assegura mais duas vagas para um rodízio entre pequenas bancadas do Senado e da Câmara que não teriam número suficiente para participar da comissão. Parlamentares que estiveram no colegiado em 2022 não podem ser designados novamente neste ano. A eleição da nova Mesa da

CMO ocorre até o dia 28 de março, quando acaba o mandato da atual composição. Os integrantes da comissão devem escolher no voto um presidente e três vice-presidentes, que ficam nos cargos por um ano. Além da Mesa, o colegiado

tem outras 20 funções, distribuídas alternadamente entre senadores e deputados.

Em 2023, cabe ao Senado ocupar as vagas de presidente, 2º vice-presidente, relator da receita do Orçamento e seis relatores setoriais do Orçamento.

A Câmara dos Deputados fica com as funções de 1º vice-presidente, 3º vice-presidente, relator do PPA, relator da LDO, relator-geral da LOA e dez relatores setoriais do orçamento.

Os relatores da LOA, da LDO, do PPA e da receita são indica-

dos pelos líderes partidários. Os 16 relatores setoriais também são escolhidos pelas lideranças. Além de respeitar o critério da proporcionalidade, os relatores setoriais precisam contar com notória atuação parlamentar em cada área temática.

POLARIZAÇÃO

PT e PL se unem para compor a direção de 13 legislativos estaduais

Com posições antagônicas no discurso, políticos do PT e do PL se uniram em 13 Estados para dividir o comando das Assembleias Legislativas. Em todos os casos, petistas e bolsonaristas compuseram a mesma chapa para conquistar ao menos uma vaga nas mesas diretoras.

No Rio, o deputado Rodrigo Bacellar (PL) foi eleito presidente da Casa com votos do PT, que recebeu a terceira-vice-presidência em troca, além da promessa de comandar comissões de destaque. A mesma dobradinha marcou a escolha em Minas Gerais e ainda pode se repetir em São Paulo.

As eleições nos Legislativos locais mostram que a polarização entre apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ex-presidente Jair Bolsonaro é deixada de lado quando se trata de divisão de poder.

Assim como ocorreu na Câmara dos Deputados, onde Arthur Lira (PP-AL) foi reeleito com votação recorde e apoio maciço da situação e oposição, parlamentares estaduais formaram blocos pragmáticos - e não ideológicos - no retorno

do recesso. Participar da Mesa Diretora significa ter mais cargos e poder tanto na condução dos trabalhos como nas decisões administrativas, e em contratos de terceiros.

Após ser reeleito em primeiro turno e apoiar Bolsonaro no segundo, o governador mineiro, Romeu Zema (Novo), esperava reciprocidade do PL em sua tentativa de emplacar um aliado para o comando da Assembleia. Mas o que se viu na última quarta-feira foi uma aliança pública entre os 12 deputados do partido do ex-presidente com os dez parlamentares petistas para levar à presidência Tadeu Martins Leite (MDB), sem vínculos com o Palácio Tiradentes.

Da mesma forma que é importante para o governo federal ter aliados no comando da Câmara e do Senado, governadores também tentam influenciar a disputa em seus Estados para priorizar a votação de projetos de seu interesse. Cabe ao presidente da Assembleia a definição da pauta de votações. Zema, por exemplo, começa seu segundo mandato com dezenas de propostas de sua autoria

paradas. Desde 2019, quando teve início sua primeira gestão, protocolou 25 projetos de lei, três projetos de lei complementar e duas propostas de emenda à Constituição de Minas que nem sequer chegaram ao plenário.

Conhecido como Tadeuzinho, o novo presidente assumiu prometendo independência ao Parlamento e harmonia com os demais Poderes. "O diálogo que resultou na candidatura única seguirá agora após a eleição da Mesa. Não são os homens, mas são as ideias que brigam", disse, citando Tancredo Neves. A petista Leninha foi eleita no mesmo dia na primeira-vice-presidência e Antonio Carlos Arantes (PL), na terceira-vice-presidência.

Até mesmo em Estados considerados essencialmente petistas ou bolsonaristas, alianças entre PT e PL foram registradas. Exemplos se deram em Santa Catarina, Paraná, Bahia, Alagoas, Amazonas e Mato Grosso. Na Assembleia paranaense nem houve disputa. A chapa para ocupar a presidência foi única e encabeçada por Ademar Traiano (PSD).

PREVIDÊNCIA

Governo pretende lançar cartão especial para beneficiários do INSS

Lupi declarou que a ideia é oferecer o cartão para os 37 milhões de beneficiários da Previdência para que o cidadão possa usar serviços de transporte público

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirmou na segunda-feira, 6, após se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que pretende lançar em março um cartão especial de descontos para beneficiários do INSS que são correntistas do Banco do Brasil (BB) e da Caixa. Segundo ele, os dois bancos públicos reúnem 14 milhões de benefícios da Previdência.

Lupi declarou que a ideia é oferecer o cartão do beneficiário para os 37 milhões de beneficiários da Previdência para que o cidadão possa usar serviços de transporte público em todo o País.

Além disso, os bancos oferecerão descontos e firmará parcerias com empresas para oferta de benefícios exclusivos aos segurados do INSS.

“Ao invés de o beneficiário da Previdência precisar tirar uma autorização local para usar os serviços de transporte daquele município, com o cartão ele terá validade nacional. Também estamos buscando novos benefícios aos aposentados. Correntistas do BB terão descontos, por exemplo, em farmácias conveniadas, benefícios em passagens aéreas, em hotéis e em outros serviços”, disse o ministro.

Segundo Lupi, os bancos privados também serão procurados para oferecer benefícios semelhantes aos correntistas que são segurados do INSS.

O ministro afirmou também, após se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que formará um grupo de trabalho para debater uma proposta de regulação para que trabalhadores de aplicativos de transporte e entrega passem a ser segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo Lupi, um grupo de trabalho será criado com representantes dos ministérios da Fazenda, da Previdência e do



Lupi: “ainda temos muitas fraudes no INSS. E também temos uma judicialização estranha porque você vê um número grande de pedidos negados”

Trabalho para propor a criação de um benefício para trabalhadores por aplicativo.

“Regular trabalho por aplicativos também significa mais receita para a Previdência. Nossa estimativa é que mais de 2 milhões de pessoas trabalhem em aplicativos de serviços. Se isso for ampliado para outros aplicativos teremos um aumento de receita. Não chega a 10% o número de trabalhadores dessa categoria que contribui para a Previdência como autônomo ou microempreen-

dedor individual”, disse.

Lupi ainda afirmou que quer automatizar até 60% dos serviços da Previdência. Ele ressaltou que um dos problemas que levam ao crescimento da fila do INSS é que um mesmo beneficiário faz de 10 a 15 pedidos. O ministro defende que os pedidos sejam contados por CPF. “Ainda temos muitas fraudes no INSS. E também temos uma judicialização estranha porque você vê um número grande de pedidos negados pelo INSS e depois são deferidos pela Jus-

tiça”, disse.

O ministro também defendeu que os relatórios e laudos oferecidos pelos médicos do Sistema Único de Saúde (SUS) aos segurados da Previdência tenham a mesma validade dos realizados pelos médicos peritos do INSS. Segundo ele, o número de peritos tem diminuído anualmente e a demanda de trabalho só aumenta.

Lupi também negou que discutiu com Haddad uma proposta para revogar partes da reforma da Previdência. Entre-

tanto, ele disse que tem uma opinião pessoal sobre o tema, como cidadão e não como integrante do governo.

“Falei e repito. Eu dou a minha opinião pessoal, mas não tenho poder de decretar nada. Podemos apresentar propostas para mudar a legislação previdenciária. Temos um Conselho Nacional da Previdência Social que estuda propostas. Nós queremos ajustar aquilo que consideramos injusto para boa parcela da população”, disse o ministro.

RACISMO

Vereadora cassada e mais dois são alvo de ameaça em SC

Na última sexta-feira, pres-tes a ser cassada por denunciar o que considerou um gesto nazista supostamente praticado por dezenas de bolsionistas em frente à base do Exército de São Miguel do Oeste (SC), em novembro passado, a vereadora Maria Tereza Capra (PT) recebeu uma ameaça de morte por e-mail. O texto afirma que a cassação do mandato era só o primeiro passo. “Vou cassar sua vida”, diz a mensagem. Outras duas vereadoras do Estado também foram alvo de ataques pela internet.

Na mensagem enviada a Ana Lúcia Martins (PT), vereadora de Joinville, os principais insultos são racistas. A parlamentar é chamada de “macaca imunda” e o autor diz que ela deveria morrer porque é uma mulher negra. O mesmo e-mail contém xingamentos a Maria Tereza e também à vereadora Giovana Mondardo (PCdoB), de Criciúma.

Ana Lúcia, que defendeu Maria Tereza em seu processo de cassação, registrou um boletim de ocorrência e uma manifestação no Ministério Público do Estado pedindo investigação. Em 2020, quando assumiu o mandato, Ana Lúcia, a primeira vereadora negra eleita na cidade, foi ameaçada de morte. O autor foi identificado e a investigação segue. “São pessoas intolerantes, racistas, que não aceitam a presença de uma mulher negra na Câmara”, disse ela. “Temos o direito de exercer o nosso mandato. Não podemos ter a dignidade atacada por pessoas que nem conhecemos. Estamos sendo xingadas de macacas neste século. Estamos regredindo.”

Giovana Mondardo recebeu o mesmo e-mail enviado à parlamentar cassada. Ainda mais violenta e ofensiva, a mensagem a cita como uma “prostituta”. Em seguida, o autor diz que vai matá-la, assim como Maria Tereza, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

No texto há ainda a afirmação de que o gesto em frente ao quartel não era nazista, mas uma “saudação romana”. Em ambos os e-mails o autor consta como sendo Vanirto Conrad (PDT), ex-presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste (SC). Ele nega a autoria. “Sou uma pessoa de bem, nunca fui racista. Não sei nem mandar um e-mail”, disse. Ele afirmou que também iria registrar um boletim de ocorrência.

Nos três casos, as mensagens foram enviadas pelo Jitjat, provedor de endereços eletrônicos que garante anonimato aos usuários.

Os casos relatados pelas três vereadoras de cidades catarinenses ampliaram o alerta para a escalada da violência política no País. Na semana passada, o ministro de Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida, recebeu a então vereadora Maria Tereza Capra (PT) - ela foi cassada dois dias depois -, e a tratou como uma vítima de violência política. Segundo nota divulgada pela pasta, o governo a incluirá no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), para lhe garantir “proteção e dignidade”.

No final do ano passado, a Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) solicitou ao Ministério Público Eleitoral de Santa Catarina que investigasse as ameaças e agressões sofridas. A violência política contra a mulher passou a ser tipificada como crime em agosto de 2021. Desde então, somente o Ministério Público Federal (MPF) contabilizou, em 15 meses, 112 procedimentos relacionados ao tema.

DESNUTRIÇÃO

Marina admite que governo Bolsonaro cometeu atrocidade contra Yanomamis

O crime praticado contra a população Yanomami é irreparável, mas o governo está atuando em várias frentes para tentar minimizar o estrago feito pelos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro, disse a ministra do meio ambiente, Marina Silva, antes do início da cerimônia de posse de Aloizio Mercadante na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro.

Marina classificou a situação do povo indígena como “uma atrocidade inominável” e informou que o governo está atuando em várias frentes, com medidas emergenciais, estruturais e da recuperação cultural dos Yanomamis.

“Todos os esforços estão sendo feitos na área de saúde, de combate à desnutrição, combate à violência seguindo as recomendações do presidente Lula. Para todas as denúncias estão sendo tomadas providências dentro dos órgãos de competência do governo”, disse Marina antes do início da posse.

Segundo a ministra, o

objetivo é que os Yanomamis retornem para as suas terras após estas serem recuperadas. Ela, porém, não quis precisar uma data para que isso aconteça. “Existem tecnologias de descontaminação das áreas e de recuperação. É um processo complexo e os esforços serão levados a cabo no tempo adequado para atingir os resultados. O projeto que está em curso é a recuperação do modo tradicional de vida da cultura Yanomami. A destruição é muito grande”, ressaltou.

Três jovens indígenas yanomami foram assassinados por garimpeiros, na região do Homoxi, na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. A informação foi divulgada por Júnior Hekurari, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye’Kuana (Codisi-YY), uma das principais lideranças da região de Surucucu, no extremo oeste do estado e próxima à fronteira com a Venezuela. Segundo o relato, eles foram atingidos por disparos de arma de fogo.

Ainda não há informações

sobre o resgate dos corpos. A reportagem entrou em contato com a Polícia Federal (PF) para obter informações sobre o caso, mas ainda não obteve retorno.

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, passou uma noite no polo base de Surucucu, neste domingo, para ver de perto a situação dos yanomami. Ela também fez um sobrevoo por diversos pontos de exploração ilegal de minérios no território.

Afetados pela presença do garimpo ilegal em suas terras há anos, os indígenas yanomami têm sofrido com casos de desnutrição, doenças como malária e pneumonia, além de violência, incluindo episódios de agressões e assassinatos. A situação se agravou nos últimos quatro anos.

Também nesse domingo, foi registrada a morte de mais uma criança indígena, vítima de desnutrição grave e desidratação. Equipes médicas chegaram a pedir sua remoção para Boa Vista, mas o mau tempo na região impediu a decolagem da aeronave.



Marina classificou a situação do povo indígena como uma atrocidade

DESIGUALDADE

Brasil já tem 546 mil médicos

O País possui profissionais ativos, com registro nos CRMs, em número absoluto suficiente para atender às necessidades da população, mas ainda há um cenário de desigualdade na distribuição

O Brasil contabiliza, atualmente, 546 mil médicos ativos, uma proporção de 2,56 profissionais por mil habitantes. O número, segundo registros dos conselhos regionais de Medicina, mais que dobrou nos últimos 20 anos. Para o Conselho Federal de Medicina (CFM), o crescimento acelerado do número de escolas médicas e de vagas na última década levou a um aumento sem precedentes no número de profissionais no país.

"Mantendo-se o mesmo ritmo de crescimento da população e de escolas médicas, dentro de cinco anos, em 2028, o país contará com 3,63 médicos por mil habitantes, índice que supera a densidade médica registrada, por exemplo, na média dos 38 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE)", avaliou o conselho.

O atual índice brasileiro de 2,56 médicos por mil habitantes já é compatível com o de países como Estados Unidos (2,6), Canadá (2,7), Japão (2,5) e Coreia do Sul (2,5), além de ser maior que o do Chile (2,2), da China (2) e da África do Sul (0,8). Com o incremento esperado, em cinco anos, o Brasil deve ultrapassar Nova Zelândia (3,4), Irlanda (3,3), Israel (3,3), Finlândia (3,2), França (3,2), Bélgica (3,2) e Reino Unido (3,2).

Segundo o CFM, desde 2010, a população brasileira passou de 190,7 milhões para 214 milhões, enquanto a proporção de médicos por mil habitantes foi de 1,76 para 2,56. No mesmo período, foram abertas mais de 200 escolas de medicina. A cada ano, cerca de 28 mil médicos se somam ao mercado. Com uma vida profissional longa – cerca de 43 anos –, alguns estudos estimam que o país deve alcançar quase 837 mil profissionais em cinco anos.

Dados da plataforma Demografia Médica no Brasil 2023, lançada na segunda-feira (6) pelo conselho, mostram que os homens representam 51% do contingente ativo (277,8 mil profissionais) e as mulheres, 49%



Marcelo Camargo - ABR

A média geral de idade dos médicos em atividade no Brasil vem caindo nos últimos anos. Em 2015, a média era 45,7 anos. Agora, está em 44,9 anos e a maioria está concentrada no Sul e no Sudeste

(267,7 mil). A evolução dos indicadores indica que, em poucos anos, as mulheres sejam maioria. Em 1990, elas eram apenas 30% da força de trabalho médica, passando para 39,9% em 2010, e chegando, agora, a quase metade.

Os números indicam ainda que a média geral de idade dos médicos em atividade no Brasil vem caindo nos últimos anos. Em 2015, a média era 45,7 anos. Agora, está em 44,9 anos. O fenômeno é resultado do crescimento do número de cursos e vagas de graduação em medicina e, consequentemente, da entrada de novos médicos no mercado de trabalho.

Para os homens, a idade média, em 2023, é 49 anos. Para as mulheres, 42,5 anos. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul são os estados que têm idade média mais alta entre a população médica: 50,3 anos e 47,8 anos, respectivamente. Já os estados com profissionais mais jovens são Tocantins e Rondônia, com média de idade 41 anos.

Para o CFM, o Brasil possui médicos ativos, com registro nos CRMs, em número absoluto suficiente para atender às necessidades da população. Mas, apesar do significativo contingente e um dos maiores do mundo, ainda há um cenário de desigualdade na distribuição e fixação desses profissionais e também no acesso a eles.

Os dados apontam que a maioria dos médicos permanece concentrada no Sul e no Sudeste, nas capitais e nos grandes municípios. Nas 49 cidades brasileiras com mais de 500 mil habitantes e que juntas concentram 32% da população brasileira, estão 62% dos médicos do país. Já nos 4.890 municípios com até 50 mil habitantes, onde vivem 65,8 milhões de pessoas, estão pouco mais de 8% dos profissionais.

Apesar de juntas responderem por 24% da população do país, as 27 capitais brasileiras reúnem 54% dos médicos. Por outro lado, vivem no interior 76% da população e 46% dos médi-

cos ativos no país. Os números mostram ainda que as capitais têm uma média de 6,21 médicos por mil habitantes contra um índice de 1,72 no interior.

As diferenças também ocorrem entre as regiões brasileiras. No Norte, vivem 8,8% da população brasileira e 4,6% dos médicos do país. O Nordeste abriga 27% dos brasileiros e 18,5% dos médicos. O Sudeste responde por 42% da população e 53% dos profissionais. O Sul e o Centro-Oeste abrigam, respectivamente, 14,3% e 7,8% da população e têm 15,7% e 8,4% dos médicos do país.

Para o presidente do CFM, José Hiran Gallo, o país conta com diversas escolas de medicina "sem a menor condição de funcionamento". Ele citou o estado de Rondônia, com oito faculdades de medicina, cada uma formando entre 100 e 150 profissionais por ano. "É um número exacerbado de escolas médicas no Brasil", disse, ao citar instituições sem hospital-escola ou hospital de ensino.

"Fica muito difícil esse médico sair com uma boa formação."

"Não adianta colocarmos médicos bem formados nesses 5,55 mil municípios do Brasil sem ter infraestrutura de trabalho, leitos, equipamentos, medicamentos, acesso a exames e apoio de equipe multiprofissional", disse. "O CFM não aceita dois tipos de medicina: uma para o rico e outra para o pobre", completou, ao confirmar o que chamou de excesso de profissionais no país.

O coordenador do Sistema de Acreditação de Escolas Médicas do CFM, Donizetti Giamberardino, defende a elaboração de políticas de fixação do profissional de saúde em cidades de difícil provimento. "Os documentos sempre demonstraram que, mesmo formando mais médicos anualmente, a má distribuição persistiu. Temos mais médicos nas capitais e muitos municípios que não têm médicos."

"Precisamos de um financiamento adequado, de uma avaliação adequada de recursos, de

uma política de recursos humanos de fixação do médico e de outros profissionais em cidades de difícil provimento", disse, ao defender uma política de integração de rede. "Não podemos confundir a desejada descentralização com a municipalização de sistemas", concluiu.

A plataforma Demografia Médica no Brasil 2023 constitui uma ferramenta dinâmica, intuitiva e online que possibilita aos usuários conhecer os números mais recentes sobre a distribuição e o perfil da força de trabalho médica no país. A versão disponibilizada pelo CFM apresenta dados de 31 de dezembro de 2022. Em seis meses, uma nova carga deve ser implementada.

A proposta é democratizar o acesso a informações sobre o perfil de médicos no Brasil. Com poucos cliques, é possível saber quantos profissionais em atividade há no país, incluindo recortes por estado, por capital e no interior de cada unidade federativa, além da proporção de médicos por habitante.

FALTA DE INFORMAÇÃO

Abrasco afirma que filas de cirurgias precisam ser monitoradas pelo SUS

Uma informação importante sobre a situação atual das filas de cirurgias eletivas no Sistema Único de Saúde (SUS) é, na verdade, a ausência de um dado: não se sabe quantas pessoas esperam hoje pelos procedimentos em cada canto do país.

A vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Marília Louvison, descreve que o diagnóstico, quando existe, encontra-se apenas em nível municipal, e precisa ser consolidado em nível estadual e federal. Professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), ela defende que o trabalho que o SUS terá pela frente para vencer o represamento de cirurgias passa, primeiro, por dimensioná-lo.

"O maior problema hoje para o novo ministério é a falta de informação. Você não sabe exatamente quantas pessoas estão na fila da cirurgia de vesícula, por exemplo. Quais

têm riscos e precisam operar logo, quais são menos graves e podem esperar. As esperas e as filas precisam ser melhor monitoradas pelo SUS como um todo", afirma.

Reduzir a espera de pacientes do SUS está entre as prioridades do Ministério da Saúde, que lançou na segunda-feira (6) o Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas, em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Um montante de R\$ 600 milhões em recursos foi garantido para a iniciativa pela PEC da Transição, e a primeira remessa, cerca de R\$ 200 milhões, será destinada a cirurgias eletivas.

O secretário de Atenção Especializada à Saúde (SAÉS), Helvécio Magalhães, reconheceu que, para produzir mudanças estruturantes, será preciso

conhecer a fila. Esse levantamento permitirá criar uma lista nacional dos pacientes que aguardam por procedimentos médicos, consolidar um banco de informações, regular a oferta de serviços com apoio de ferramentas, como o telessaúde, e os protocolos de acesso à atenção especializada. A promessa é dar um tratamento diferenciado à Região Norte, em razão da difícil fixação de profissionais de saúde, principalmente especialistas.

Caberá aos estados, em um primeiro momento, encaminhar ao Ministério da Saúde os planos de trabalho para homologação e transferência do dinheiro. Marília Louvison explica que, nesses planos, os estados poderão reunir as informações de seus municípios e passá-las adiante.

"Aí, a gente teria uma possibilidade de monitorá-los, porque os estados vão dizer qual é a necessidade, qual é a sua possibilidade de oferta, quantas pessoas têm que contratar

para fazer isso. Assim será possível saber em qual território e em qual procedimento a cirurgia está demorando muito, e poder apoiar, enviar recursos, remanejar profissionais e serviços, para reduzir as desigualdades".

Ao mesmo tempo em que o Estado precisa conhecer a real situação das filas para reduzi-las, os pacientes também precisam ter acesso transparente ao tempo que vão esperar, sua posição na fila e como está a espera em outras partes do país. Marília argumenta que esse ponto é importante inclusive para tranquilizar aqueles que aguardam atendimento.

"Sempre serão filas, mas devem ser filas somente para organizar quem vai primeiro e todos ficarem tranquilos que daqui a pouco chega a sua vez. E não com a sensação de que, ao entrar na fila, nunca mais você vai resolver o problema. O sistema precisa ter transparência para criar confiança nas pessoas", defende. "A fila não

é um lugar de cuidado. Você saiu de um lugar e ainda não chegou no outro, e tem que gerenciar sozinho a sua angústia em saber se você pode continuar esperando ou não. O SUS precisa garantir a gestão dessa fila".

Apesar de não haver a informação exata de quantas pessoas esperam cirurgias, a vice-presidente da Abrasco explica que o represamento desses procedimentos é uma realidade conhecida, e está relacionado a fatores como falta de recursos, escassez de especialistas em algumas partes do país e dificuldades de regulação dos atendimentos. Isso faz com que as pessoas nas filas sejam apenas uma parte das afetadas pelo problema, porque há ainda as que aguardam por um diagnóstico para entrar nas filas.

A situação se agravou com a pandemia de covid-19, lembra ela, quando procedimentos precisaram ser suspensos e recursos hospitalares foram

concentrados no tratamento do grande número de pacientes infectados pelo novo coronavírus.

"Na maioria do país, os hospitais estão com muita dificuldade de recursos e equipes para retomar os processos, reorganizar seus serviços cirúrgicos e recompor as possibilidades de avaliação das filas, para poder realizar os procedimentos e resolver a vida de muitas pessoas que estão aguardando."

A demora na realização de cirurgias contribui, em alguns casos, para o agravamento do quadro clínico dos pacientes, fazendo com que, em algum momento, precisem ser operados com urgência. No caso de pacientes oncológicos, a demora pode reduzir as possibilidades de cura. Já para pacientes ortopédicos, ou que aguardam com casos de hérnia ou catarata, há perda considerável na qualidade de vida e até na autonomia, exemplifica.

"Acaba havendo uma urgencialização dos eletivos. Aquilo que podia esperar, chega em uma hora em que não pode mais, e você tem uma complicação, uma infecção e, de repente, tem que fazer uma cirurgia de urgência com muito mais risco. Você acaba indo frequentemente no pronto-socorro, convive com dor".

BEE HOLDING LTDA.

CNPJ/MF nº 40.032.457/0001-00 - NIRE: 332.1118399-4

SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL. LUCIANO CAMARGO DA SILVA NEVES, nacionalidade Brasileira, Casado, Comunhão Parcial de Bens, nascido em 01/01/1974, Economista, inscrito no CPF nº. 029.429.327-24, Identidade nº. 00141687548, órgão expedidor DNT-RJ, residente e domiciliado na Rua General Artigas, nº 419, Apt.º 902, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.441-140; **BERNARDO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO CARNEIRO**, nacionalidade Brasileira, Casado, Comunhão Parcial de Bens, nascido em 13/02/1977, Advogado, inscrito no CPF nº. 079.491.997-92, Identidade nº. 00043703301, órgão expedidor DNT-RJ, residente e domiciliado na Rua Paulo Cesar de Andrade, nº 274, Apt.º 602, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.221-090; e **CLAUDIO BRANDÃO SILVEIRA**, nacionalidade Brasileira, Casado, Comunhão Parcial de Bens, nascido em 01/06/1965, Economista, inscrito no CPF nº. 437.196.606-30, Identidade nº. 01383674354, órgão expedidor DNT-RJ, residente e domiciliado na Rua Prudente de Moraes, nº 1022, Apt.º 1402, Ipanema, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.420-040; únicos sócios da **BEE HOLDING LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Rua General Venâncio Flores nº 305, sala 412, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.441-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.032.457/0001-00, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE: 332.1118399-4, em 07/12/2020, doravante denominada Sociedade; **RESOLVEM:** 1. Reconhecer que o sócio Cláudio Brandão Silveira era titular de crédito no valor de R\$ 433.458,36 (quatrocentos e trinta e três mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos) contra a Sociedade, doravante denominado Crédito CBS. 2. Registrar que o sócio Cláudio Brandão Silveira integralizou a parcela do capital que lhe restava integralizar do Capital Social da Sociedade, por meio da capitalização de parte do Crédito CBS, no valor de R\$ 161.280,56 (cento e sessenta e um mil duzentos e oitenta reais e cinquenta e seis centavos), em 31/12/2021. 3. Reconhecer que o sócio Cláudio Brandão Silveira cedeu parte do Crédito CBS no valor de R\$ 161.280,55 (cento e sessenta e um mil, duzentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos) para o sócio Luciano Camargo da Silva Neves, doravante denominado Crédito LCN, restando como saldo do Crédito CBS o valor de R\$ 110.897,25 (cento e dez mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos), doravante denominado Saldo CBS. 4. Registrar que o sócio Luciano Camargo da Silva Neves integralizou a parcela do capital que lhe restava integralizar do Capital Social da Sociedade, por meio da capitalização dos Créditos LCN, no valor de R\$ 161.280,55 (cento e sessenta e um mil duzentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos). 5. Reconhecer que, após a cessão e integralização mencionadas nos itens 2 e 3 acima, o sócio Cláudio Brandão Silveira ainda se manteve como titular de parte do Saldo CBS, no valor de R\$ 110.897,25 (cento e dez mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos), doravante denominado Crédito Remanescente, que foi integralmente quitado pela Sociedade, por meio da cessão do mútuo que a Sociedade é titular contra a Blincast Mídia S.A., no valor de R\$ 103.550,78 (cento e três mil, quinhentos e cinquenta reais e setenta e oito centavos), com pagamento da diferença no valor de R\$ 7.346,47 (sete mil, trezentos e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos) por meio de transferência para a conta corrente bancária de titularidade do sócio Cláudio Brandão Silveira em 01/08/2022. 6. Reconhecer que, além dos créditos já mencionados acima, o sócio Cláudio Brandão Silveira é titular de créditos contra a Sociedade nos valores de R\$ 414.800,00 (quatrocentos e quatorze mil e oitocentos reais) registrado na Sociedade como saldo em conta corrente (passivo) e de R\$ 1.154.442,08 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e dois reais e oito centavos) registrado na Sociedade como adiantamento para futuro aumento de capital, totalizando R\$ 1.569.242,08 (um milhão, quinhentos e sessenta e nove mil duzentos e quarenta e dois reais e oito centavos), doravante denominado como Crédito Adicional Cláudio. 7. Reconhecer que, além do crédito já mencionado acima, o sócio Luciano Camargo da Silva Neves é titular de créditos contra a Sociedade nos valores de R\$ 414.800,00 (quatrocentos e quatorze mil e oitocentos reais) registrado na Sociedade como saldo em conta corrente (passivo) e de R\$ 1.154.442,08 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e dois reais e oito centavos) registrado na Sociedade como adiantamento para futuro aumento de capital, totalizando R\$ 1.569.242,08 (um milhão, quinhentos e sessenta e nove mil duzentos e quarenta e dois reais e oito centavos), doravante denominado como Crédito Adicional Luciano. 8. Reconhecer que o sócio Bernardo de Albuquerque Maranhão Carneiro é titular de créditos contra a Sociedade nos valores de R\$ 414.800,00 (quatrocentos e quatorze mil e oitocentos reais) registrado na Sociedade como saldo em conta corrente (passivo) e de R\$ 1.154.442,08 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e dois reais e oito centavos) registrado na Sociedade como adiantamento para futuro aumento de capital, totalizando R\$ 1.569.242,08 (um milhão, quinhentos e sessenta e nove mil duzentos e quarenta e dois reais e oito centavos), doravante denominado como Crédito Adicional Bernardo. 9. Considerando que o capital social está totalmente integralizado, aumentar o capital social em R\$ 4.707.726,24 (quatro milhões, setecentos e sete mil setecentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos), passando-o de R\$ 7.163.487,66 (sete milhões, cento e sessenta e três mil quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos) para R\$ 11.871.213,90 (onze milhões, oitocentos e setenta e um mil duzentos e treze reais e noventa centavos). 10. Registrar que, do aumento de capital deliberado no item 9 acima, 156.924,208 (cento e cinquenta e seis mil novecentas e vinte e quatro mil duzentas e oito) novas quotas da Sociedade couberam ao sócio Cláudio Brandão Silveira, pelo valor de R\$ 1.569.242,08 (um milhão, quinhentos e sessenta e nove mil duzentos e oitenta e dois reais e oito centavos), e são integralizadas neste ato, por meio da conferência de bens para o capital social, com a capitalização do Crédito Adicional Cláudio conforme reconhecido no item 6 acima. 11. Registrar que, do aumento de capital deliberado no item 9 acima, 156.924,208 (cento e cinquenta e seis mil novecentas e vinte e quatro mil duzentas e oito) novas quotas da Sociedade couberam ao sócio Luciano Camargo da Silva Neves, pelo valor de R\$ 1.569.242,08 (um milhão, quinhentos e sessenta e nove mil duzentos e oitenta e dois reais e oito centavos), e são integralizadas neste ato, por meio da conferência de bens para o capital social, com a capitalização do Crédito Adicional Luciano conforme reconhecido no item 7 acima. 12. Registrar que, do aumento de capital deliberado no item 9 acima, 156.924,208 (cento e cinquenta e seis mil novecentas e vinte e quatro mil duzentas e oito) novas quotas da Sociedade couberam ao sócio Bernardo de Albuquerque Maranhão Carneiro, pelo valor de R\$ 1.569.242,08 (um milhão, quinhentos e sessenta e nove mil duzentos e oitenta e dois reais e oito centavos), e são integralizadas neste ato, por meio da conferência de bens para o capital social, com a capitalização do Crédito Adicional Bernardo conforme reconhecido no item 8 acima. 13. Em virtude das deliberações registradas nos itens acima, alterar a Cláusula Quarta do Contrato Social da Sociedade, que passa a ter a seguinte redação: **"CLÁUSULA QUARTA** - O capital social é de R\$ 11.871.213,90 (onze milhões, oitocentos e setenta e um mil duzentos e treze reais e noventa centavos), dividido em 1.187.121.390 (um milhão, cento e oitenta e sete mil, cento e vinte e uma mil trezentas e noventa) quotas, com valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente e bens, distribuído entre os sócios da seguinte forma: **Nome dos Sócios; Nº de cotas; Valor em R\$;** %: Luciano Camargo da Silva Neves: 395.707,130; 33,33%. Bernardo de Albuquerque Maranhão Carneiro: 395.707,130; 33,33%. Cláudio Brandão Silveira: 395.707,130; 33,33%. **TOTAL:** 1.187.121.390; 118.712,1390; 100,00%. 14. Registrar a renúncia do sócio Bernardo de Albuquerque Maranhão Carneiro ao cargo de administrador da Sociedade a partir da presente data, e alterar a Cláusula Sétima do Contrato Social da Sociedade, que passa a ter a seguinte redação: **"CLÁUSULA SÉTIMA** - A administração da Sociedade caberá aos sócios LUCIANO CAMARGO DA SILVA NEVES e CLAUDIO BRANDÃO SILVEIRA, com todos os poderes e atribuições necessários à administração e representação da Sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, em conjunto ou individualmente, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s)". 16. Aprovar, sem ressalvas, as Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas aos anos de 2020 e 2021, bem como as Demonstrações Financeiras da Sociedade datadas de 31/03/2022 até 30/09/2022, inclusive as respectivas destinações de resultados nelas registradas. 17. Aprovar, a pedido, a retirada do sócio Bernardo de Albuquerque Maranhão Carneiro da Sociedade, com liquidação do valor das quotas de que é titular com base na situação patrimonial da Sociedade verificada no balanço especialmente levantado em 31/03/2022, com a correspondente redução do capital social da Sociedade em R\$ 3.957.071,30 (três milhões, novecentos e cinquenta e sete mil setenta e um reais e trinta centavos), passando-o de R\$ 11.871.213,90 (onze milhões, oitocentos e setenta e um mil duzentos e treze reais e noventa centavos) para R\$ 7.914.142,60 (sete milhões, novecentos e quatorze mil cento e quarenta e dois reais e sessenta centavos) mediante o cancelamento de 395.707,130 (trezentas e noventa e cinco mil, novecentas e sete mil cento e trinta) quotas, devolvendo ao sócio Bernardo de Albuquerque Maranhão Carneiro bens e direitos do ativo da Sociedade, avaliados a valor contábil, a saber: 171.3.333 (três mil trezentos e trinta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Beep Soluções Financeiras para Utilities S.A., com sede na Rua Professor Durval Guedes de Azevedo nº 2-144, Mezanino, Jardim Infante Dom Henrique, Bauru/SP, CEP 17012-633, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.912.961/0001-08; 172. 10.390 (dez mil trezentas e noventa) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da uFund Holding S.A., com sede na Rua General Venâncio Flores nº 305, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.441-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.609.975/0001-21, doravante denominada uFund; 173. 100% (cem por cento) das cotas de participação na Sociedade em Conta de Participação celebrada com a CALIOPe Administração de Bens Próprios e Assessoria Financeira S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, conjuntos 84 e 85, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no CNPJ sob nº 30.408.228/0001-86, doravante denominada CALIOPe, conforme Termo de Constituição de Sociedade em Conta de Participação celebrado entre BERNARDO, como Sócio Participante Cedente, a BHL como Sócia Participante Cessionária e a CALIOPe como Sócia Ostensiva, datado de 12/07/2021; 174. 47 (quarenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Where Sistemas S.A., com sede na Av. Pompéia, nº 723, 2º andar - Pompéia, São Paulo/SP, CEP 05023-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.128.388/0001-25; 175. 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) dos direitos decorrentes dos contratos celebrados com a Origem Holding S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede no SAAN Quadra 1 Lote 875, Zona Industrial, CEP 70.632-100 - BRASÍLIA - DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.583.171/0001-68, doravante denominada Origem, a saber: (i) Contrato de Mútuo Conversível em Participação Societária celebrado entre a BHL e a ORIGEM celebrado em 06/09/2021; e (ii) 1º Aditivo a Contrato de Mútuo Conversível em Participação Societária celebrado entre a BHL e a ORIGEM celebrado em 18/12/2021; 176. 100% (cem por cento) dos direitos decorrentes: (i) do Contrato de Mandato para Prestação de Serviços de Consultoria Financeira e de Investimentos celebrado entre o sócio BERNARDO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO CARNEIRO e Capital Lab Investimentos Ltda. em 09/08/2018; e (ii) do Instrumento Particular de Empreendimento Conversível em Participação Societária e Outras Avenças celebrado entre o sócio BERNARDO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO CARNEIRO, BRDM Consultores Associados Ltda. - ME, e a Capital Lab em 14/08/2018; que foram cedidos para a SOCIEDADE nos termos do Instrumento Particular de Cessão de Direitos celebrado entre a Sociedade e o sócio BERNARDO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO CARNEIRO em 19/10/2021; e 177. 207.710 (duzentos e sete mil setecentos e dez) ações de emissão da Seedz Cayman Ltd., sociedade constituída nas Ilhas Cayman, com sede na Campbells Corporate Services Limited, Floor 4, Willow House, Cricket Square, Grand Cayman KY1-9010, Cayman Islands, registrada perante o CNPJ/MF sob o nº 42.831.261/0001-01. 18. Aperfeiçoada a redução do Capital Social da Sociedade deliberada no item 17 acima, com a entrega dos respectivos bens e direitos ao sócio Bernardo de Albuquerque Maranhão Carneiro, este se retira da Sociedade, dando a mais ampla, geral, irrevogável e irretroatável quitação, para nada mais reclamar contra a Sociedade e/ou seus sócios, com base na relação societária havida até então. 19. Aprovar a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.929.873,52 (um milhão, novecentos e vinte e nove mil oitocentos e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos), passando-o de R\$ 7.914.142,60 (sete milhões, novecentos e quatorze mil cento e quarenta e dois reais e sessenta centavos) para R\$ 5.984.269,08 (cinco milhões, novecentos e oitenta e quatro mil duzentos e sessenta e nove reais e oito centavos), mediante o cancelamento de 192.987,352 (cento e noventa e dois mil, novecentas e oitenta e sete mil trezentas e cinquenta e duas) quotas, devolvendo ao sócio Luciano Camargo da Silva Neves bens e direitos do ativo da Sociedade, avaliados a valor contábil, a saber: 207.709 (duzentos e sete mil setecentos e nove) ações de emissão da Seedz Cayman Ltd., sociedade constituída nas Ilhas Cayman, com sede na Campbells Corporate Services Limited, Floor 4, Willow House, Cricket Square, Grand Cayman KY1-9010, Cayman Islands, registrada perante o CNPJ/MF sob o nº 42.831.261/0001-01. 21. Em virtude das reduções do capital social deliberadas nos itens 17, 19 e 20 acima, alterar a Cláusula Quarta do Contrato Social da Sociedade, que passa a ter a seguinte redação: **"CLÁUSULA QUARTA** - O capital social é de R\$ 4.054.395,56 (quatro milhões, cinquenta e quatro mil trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 405.439.556 (quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove mil quinhentas e cinquenta e seis) quotas, com valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente e bens, distribuído entre os sócios da seguinte forma: **Nome dos Sócios; Nº de cotas; Valor em R\$;** %: Luciano Camargo da Silva Neves: 202.719,778; 50,00%. Cláudio Brandão Silveira: 202.719,778; 50,00%. **TOTAL:** 405.439.556; 4.054.395,56; 100,00%. e, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 1 (uma) via, com as testemunhas abaixo indicadas. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2022. **Assinaturas Eletrônicas:** LUCIANO CAMARGO DA SILVA NEVES; BERNARDO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO CARNEIRO; CLÁUDIO BRANDÃO SILVEIRA. Como Testemunhas: Mariana Fernandes de Miranda - CPF: 135.094.427-09; Luis Henrique Scherer Greenhalgh Barreto - CPF: 099.930.467-44.

SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/ME nº 03.979.930/0001-27 - NIRE 3330026623-2. **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2022. Data, Hora e Local:** Em 14.10.2022, às 09h30min, por meio de videoconferência. **Presenças:** Única acionista da Companhia representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada na forma do art. 124, §4º da Lei 6.404/76. **Mesa Diretora:** Presidente: Ricardo Bottas Dourado dos Santos; Secretária: Fernanda Bezerra. **Ordem do Dia e deliberações:** I. Tomar conhecimento da renúncia, a partir desta data, da Sra. **Fabiane Reschke** ao cargo de Diretora sem designação especial da Companhia, conforme carta apresentada pela mesma, devidamente arquivada na sede da Companhia. II. Eleger, para o mandato em curso que terminará em data coincidente com a da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2023, como **Diretora sem designação especial da Companhia**, a Sra. **Fernanda Ramos Dantas**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 30.760.270-9 (SSP/SP), inscrita no CPF/ME sob o nº 290.242.528-73, residente e domiciliada em Valinhos, SP, com endereço profissional na Rua dos Pinheiros, nº 1673, São Paulo, SP, a qual declara estar desimpedida na forma da lei para o exercício do respectivo cargo, tendo apresentado as respectivas declarações requeridas pela lei, as quais foram devidamente arquivadas na sede da Companhia. III. Consignar que, diante das deliberações constantes no item acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição: (i) **Diretor Presidente:** Ricardo Bottas Dourado dos Santos; (ii) **Diretores Vice-Presidentes:** Igohr Schultz, Patrícia Quirico Coimbra e Reinaldo Amorim Lopes; e (iii) **Diretores sem designação especial:** Alessandra Maia Marinho Basile, Alessandro Vicente Cogliatti, Fabiane Reschke e Gustavo Kohn Giometti. IV. Consignar que a remuneração global e anual dos administradores foi fixada pela Assembleia Geral Ordinária de 29.04.2022. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata no livro próprio, na forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pelos acionistas. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2022. **Assinaturas:** Ricardo Bottas Dourado dos Santos, Presidente da Assembleia, Fernanda Bezerra, Secretária da Assembleia. Acionista: Sul América S.A., por sua procuradora Fernanda Bezerra. JUCERJA nº 00005293119 em 31/01/2023. Secretário Geral: Jorge Paulo Magdaleno Filho.

RIO'S CAPITALIZAÇÃO S.A. - CNPJ/ME nº 03.558.096/0001-04 - NIRE 3330027486-3. **Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de novembro de 2022. Data, Hora e Local:** Em 29 de novembro de 2022, às 15h, por meio de videoconferência. **Presença:** Presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, regularmente convocados. **Mesa:** Presidente: Patrick de Larragoiti Lucas; Secretária: Fernanda Bezerra. **Ordem do Dia:** I. Aprovar a eleição, para o mandato em curso que terminará em data coincidente com a Assembleia Geral Ordinária de 2023, da Sra. **Fernanda Ramos Dantas**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 206.720 (OAB/SP), inscrita no CPF/ME sob o nº 290.242.528-73, residente e domiciliada em Valinhos - SP, com endereço profissional na Rua dos Pinheiros, nº 1673, São Paulo - SP, para o cargo de Diretora sem designação especial da Companhia, cuja indicação foi previamente aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP por meio da Carta Homologatória Eletrônica nº 244/2022/CGRAJ/DIR1/SUSEP (Processo Susep nº 15414.630861/2022-46). A Diretora ora eleita declara estar desimpedida na forma da lei para o exercício do respectivo cargo e preencher as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021, tendo apresentado as respectivas declarações, as quais foram devidamente arquivadas na sede da Companhia. II. Designar a Diretora **Fernanda Ramos Dantas** para assumir as funções regulatórias de (i) responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/1998 e na Circular Susep nº 612/2020, (ii) responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes e (iii) responsável pelo zelo e cumprimento da Política de Conduta no Relacionamento com o Cliente, nos termos da Resolução CNSP nº 382/2020. III. Consignar, em razão das deliberações acima aprovadas e nos termos Resolução da CNSP nº 422/2021, os cargos e as funções dos membros da Diretoria da Companhia, sendo: (i) **Diretor Presidente:** Ricardo Bottas Dourado dos Santos (responsável pelos controles internos previstos na Resolução CNSP 416/2021); e (ii) **Diretores sem designação especial:** Fernanda Ramos Dantas (responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/1998 e na Circular Susep nº 612/2020, e responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes e responsável pelo zelo e cumprimento da Política de Conduta no Relacionamento com o Cliente, nos termos da Resolução CNSP nº 382/2020), Gustavo Kohn Giometti e Reinaldo Amorim Lopes (responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, responsável administrativo-financeiro, responsável pela gestão da área técnica, responsável pelas relações com a SUSEP, responsável pelo cumprimento das disposições previstas na Resolução CNSP nº 383/2020 e responsável pelo compartilhamento padronizado de dados e serviços de que trata a Resolução CNSP nº 415/2021). IV. Consignar que a remuneração global e anual dos administradores foi fixada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30.03.2022. V. Consignar, em atendimento à Resolução CNSP nº 445/2022, que a Sra. **Carla Aparecida Devechi** é a Ouvidora da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Deliberações:** Discutidas as matérias, foram as mesmas aprovadas pela unanimidade dos Conselheiros, sem quaisquer emendas ou ressalvas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2022. JUCERJA nº 00005296165 em 01/02/2023. Secretário Geral: Jorge Paulo Magdaleno Filho.

SASPAS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 03.284.022/0001-19 - NIRE 3330026277-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam os senhores Acionistas da Saspar Participações S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a realizar-se no dia 15 de fevereiro de 2023, às 11 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Zoom, a fim de examinarem, discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) o Protocolo e Justificação de Incorporação da Tabriz Brasil Empreendimentos Ltda. ("Tabriz") pela Companhia; (ii) a contratação da empresa especializada para elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Tabriz para fins da incorporação; (iii) a aprovação do referido laudo de avaliação; (iv) a incorporação da Tabriz pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação; e (v) autorização à administração da Companhia a praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação e formalização da incorporação. **Informações Gerais:** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que pretenderem participar da AGE por meio da Plataforma Zoom deverão enviar e-mail para alfredo@saspas.com.br, com antecedência mínima de 30 minutos em relação ao horário marcado para o início da AGE, ou seja, até as 10:30 horas (horário de Brasília) do dia 15 de fevereiro de 2023, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando toda a documentação necessária para a representação dos acionistas na AGE, incluindo a apresentação de cópia do respectivo estatuto social ou contrato social, conforme aplicável, e do ato ou instrumento de eleição do seus representantes legais, bem como respectiva procuração, se for o caso, nomeando o procurador que participará da AGE. Uma vez recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados, serão enviadas aos acionistas as orientações e instruções para cadastro no sistema eletrônico de participação da AGE, para que então possam comparecer, participar e votar à distância, mediante tal sistema eletrônico. A participação por meio de tal sistema digital conjugará áudio e imagem, sendo que os acionistas que desejarem participar desta forma deverão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da AGE com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, bem como a segurança, a confiabilidade e a transparência do conclave, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da plataforma disponibilizada. Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2023. Conselho de Administração.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

CNPJ/MF nº 00.974.211/0001-25 - NIRE 3.330.016.238-1
CÓDIGO CVM 24937 - COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Emissão Privada de Debêntures Simples, não conversíveis em Ações, da Espécie com garantia real, em série única, da Linha Amarela S.A. - LAMSA. 1. Ficam convocados os Senhores Debenturistas da Segunda Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da LINHA AMARELA S.A. - LAMSA ("Debenturistas" "Emissão" e "Emissora", respectivamente), a reunirem-se em primeira convocação, em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD)", nos termos das cláusulas 10.1.1 e 10.1.2 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em série única, da LINHA AMARELA S.A. - LAMSA, celebrada em 04 de maio de 2012, entre a Emissora e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, na qualidade de Agente Fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), conforme aditada em tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), a ser realizada no **dia 22 de fevereiro de 2023, às 15:00 horas**, na sede social da Emissora na Av. Carlos Lacerda, s/n, Praça do Pedágio, CEP 20745-150, Água Santa, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Os Debenturistas deverão deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i) Prorrogação, ou não, do afastamento dos efeitos da redução na classificação do risco (*rating*) da Emissão emitida pela Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda, mediante contrapartida nos termos de propostas atualmente em discussão entre Emissora e Debenturistas; e ii) Autorizar, ou não, o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, a celebrar todos os documentos e realizar demais atos necessários para o cumprimento integral das deliberações constantes da presente assembleia geral. A Emissora e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia Geral. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2023.
LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

CONCESSÃO DE LICENÇA

Auto Posto Palmeiras da Serra Ltda, CNPJ 41.010.066/0001-40, torna público que recebeu da SMDAIS/SMAC, através do processo nº EIS-PRO-2023/00156, a Licença Municipal Prévia e de Instalação EIS-LPI_2023/00005, com validade de 60 meses, até 31/01/2028, para atividade de desenvolvimento de projeto e construção de posto de abastecimento de combustíveis líquidos e GNV utilizando SASC composto por 04 (quatro) tanques com capacidade de 30 m³ cada (capacidade total de armazenamento de 120 m³); serviços de troca de óleo lubrificante e lavagem de veículos automotores, situado na Avenida Dom João VI, 14.000 - Guaratiba/RJ.

CULTURA

Governo estadual apoia ensaio das escolas de samba do grupo mirim

A passarela da Marquês de Sapucaí abriu alas, pela primeira vez em quase 40 anos, para o ensaio técnico das escolas de samba do Grupo Mirim do Rio de Janeiro. Ao todo, 16 agremiações com cerca de 45 crianças fizeram bonito na avenida e abriram passagem para os desfiles da Portela e Salgueiro, que aconteceram logo em seguida. O evento conta com apoio do governo estadual e, durante as apresentações dos pequenos foliões, a primeira-dama do Estado, Analine Castro, foi nomeada embaixadora da Liga Mirim, enquanto a secretária de Cultura e Economia Criativa, Danielle Barros, recebeu o título de madrinha.

"É uma grande honra para mim ser embaixadora de uma Liga tão importante como a Mirim. É nela que o futuro começa e podemos ver a continuidade das nossas tradições culturais, por meio do samba. Quantos talentos não começaram ou são revelados nas escolas mirins? Com a participação nas escolas, essas crianças desde cedo geram o sentimento de pertencimento ao local onde que vivem, defendendo a bandeira das suas agremiações", pontuou a primeira-dama e nova embaixadora da Liga Mirim, Analine Castro.

O evento inédito contou com o reforço da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, que auxiliou com a logística e transporte dos pequenos foliões, e foi promovido pela Associação das Escolas de Samba Mirins do Rio de Janeiro (Aesm-Rio). Na avenida, as apresentações tiveram direito até a corte do Carnaval mirim, formada por Rei Momo, Rainha e Princesas da folia infantil.

"Nossa gestão é pautada na democratização da cultura e na garantia de acesso a experiências novas para quem mais precisa. Poder auxiliar a Liga Mirim a realizar o inédito ensaio técnico de carnaval aqui na avenida é uma grande alegria e a certeza de que estamos no caminho certo. Me sinto honrada por ter sido escolhida como madrinha", destacou a secretária Danielle Barros.

O presidente da Aesm-Rio, Edson Marinho, agradeceu ao Governo do Estado pelo apoio e destacou que o Carnaval é uma ferramenta de inclusão para as crianças.

"Para nós esse dia vai ficar na história. O sorriso estampado no rosto de cada criança mostra que conseguimos atingir o nosso objetivo. Agradeço ao Governo do Estado pelo suporte para que a gente pudesse realizar esse ensaio. Usamos o Carnaval como uma ferramenta de inclusão e para dar dignidade às nossas crianças, que são a maioria de comunidades. Daqui saem muitos talentos. Para se ter ideia, 70 a 80% dos ritmistas que tocam em escolas de samba vieram da mirim", disse Marinho.

As 16 agremiações deram um show de samba no pé e gingado e levaram seus casais de mestre-sala e porta-bandeira, passistas e ritmistas. Enquanto os desfiles aconteciam, o público nas arquibancadas pôde relembrar sambas-erredos que marcaram época no Carnaval carioca, pelas vozes de intérpretes mirins.

Apesar da pouca idade, para a Rainha da corte do Carnaval Mirim, Ana Gabriela Teixeira, de 10 anos, o nervosismo para desfilir já virou um desafio vencido.

"Não estou com frio na barriga, pois já acostumei. Samba desde os 2 anos de idade e meu sonho é continuar sambando e estudando. Nunca mais pretendo parar de sambar", comemorou a Rainha do Carnaval Mirim, Ana Gabriela Teixeira.

O desfile oficial das escolas de samba mirins acontece no dia 21 de fevereiro de 2023, com entrada gratuita nos setores das arquibancadas do Sambódromo.

SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/ME nº 03.979.930/0001-27 - NIRE 3330026623-2. **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2022. Data, Hora e Local:** Em 07.10.2022, às 09h30min, por meio de videoconferência. **Presenças:** Única acionista da Companhia representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada na forma do art. 124, §4º da Lei 6.404/76. **Mesa Diretora:** Presidente: Ricardo Bottas Dourado dos Santos; Secretária: Fernanda Bezerra. **Ordem do Dia e deliberações:** I. Aprovar a destituição, a partir desta data, do Sr. **Laenio Pereira dos Santos**, do cargo de Diretor sem designação especial da Companhia; e, II. Consignar que, diante das deliberações constantes no item acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição: (i) **Diretor Presidente:** Ricardo Bottas Dourado dos Santos; (ii) **Diretores Vice-Presidentes:** Igohr Schultz, Patrícia Quirico Coimbra e Reinaldo Amorim Lopes; e (iii) **Diretores sem designação especial:** Alessandra Maia Marinho Basile, Alessandro Vicente Cogliatti, Fabiane Reschke e Gustavo Kohn Giometti. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata no livro próprio, na forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pelos acionistas. Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2022. **Assinaturas:** Ricardo Bottas Dourado dos Santos, Presidente da Assembleia, Fernanda Bezerra, Secretária da Assembleia. Acionista: Sul América S.A., por sua procuradora Fernanda Bezerra. JUCERJA nº 00005293094 em 31/01/2023. Secretário Geral - Jorge Paulo Magdaleno Filho.

PRINTER
para Oferta de Ações

A Luz Capital Markets oferece soluções completas para IPO e FOLLOW ON. Conta com mais de 400 ofertas e possui um time sênior com foco na agilidade.

- Prospecto e Offering Memorandum
- Formulário de Referência
- ITR e DPP
- Data Room Venue* by DFIN
- Atendimento 24h

www.luzcm.com

COLETA

Inep publica alteração de cronograma do Censo Escolar da Educação Básica 2023

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou na segunda-feira (6), no Diário Oficial da União, portaria alterando algumas datas do cronograma de atividades do Censo Escolar da Educação Básica 2023.

O censo é a principal pesquisa estatística da educação básica no país. Os dados coletados no levantamento servem de base para o repasse de recursos do governo federal e para o planejamento e divulgação de dados das avaliações realizadas pelo Inep.

O levantamento - dividido em duas etapas - também auxilia na compreensão da situação educacional do país e no acompanhamento da efetividade das políticas públicas, uma vez que são apuradas informações sobre os estabelecimentos de ensino, turmas, alunos, gestores e profissionais em sala de aula.

Com as alterações divulgadas na segunda-feira, em Brasília, agora a disponibilização do Sistema Educacenso para declaração de dados será no dia 31 de maio próximo. No calendário anterior, o iní-

cio estava previsto para 24 de maio. No dia 31 de maio, também terá início a coleta de dados da Matrícula Inicial, compreendendo os processos de digitalização e exportação. O prazo para o encerramento da coleta será no dia 31 de julho deste ano.

Já o envio dos dados preliminares ao Ministério da Educação para publicação no Diário Oficial da União passará de 18 de agosto para o dia 23 do mesmo mês.

O envio ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) dos dados finais

homologados do Censo Escolar da Educação Básica 2023, para o cálculo dos coeficientes de distribuição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), passará do dia 8 de dezembro para o dia 10 do mesmo mês.

Outra data alterada diz respeito ao envio ao Ministério da Educação de dados finais declarados e homologados do Censo Escolar da Educação Básica 2023, que deverá ser feito agora no dia 11 de dezembro. O cronograma anterior previa esse

envio no dia 8 de dezembro. A preparação dos dados finais para divulgação agora será feita no período de 11 de dezembro de 2023 a 26 janeiro de 2024.

A divulgação das Sinopses Estatísticas da Educação Básica pelo Inep será feita no dia 31 de janeiro do próximo ano.

A portaria também altera o cronograma para a coleta dos dados de rendimento e movimento escolar dos alunos declarados na primeira etapa de coleta do Censo Escolar 2023, compreendendo a digitalização e exportação de dados, que deverá ser realizada entre

1º de fevereiro e 11 de março de 2024.

A disponibilização das taxas de rendimento preliminares e dos relatórios por escola no módulo Situação do Aluno, para conferência, ratificação e retificação de eventuais erros, pelos gestores municipais e estaduais será feita no dia 1º de abril do próximo ano.

A disponibilização do módulo Situação do Aluno para conferência, ratificação e retificação de eventuais erros também será aberta nessa data, com previsão de término no dia 15 de abril.

MINAS GERAIS

Plantio consorciado de café e soja traz bons resultados

O produtor Geraldo José Costa, de Elói Mendes, do Sul de Minas, aguarda o mês de março para fazer a colheita da soja. Mas a cultura, que vem se expandindo na região, teve um plantio diferente do convencional. No sítio dele, a oleaginosa é cultivada em consórcio com a lavoura de café. Desde o início, esse "casamento", que começou há seis anos, vem trazendo bons resultados para o agricultor familiar, inspirando outros produtores locais a adotar o mesmo sistema.

O agricultor possui três pequenas propriedades (Santo Expedito, Córrego das Pedras e Boa Vista), localizadas na comunidade Barra, com 13 hectares de lavoura de café no total. Atualmente, sete hectares dos cafezais também são usados para o cultivo de soja.

"Entre uma rua e outra de café, que tem cerca de 3,5 metros, você planta duas ou três linhas de soja, numa distância de cerca de 50 centímetros uma da outra. Assim, o produtor planta a soja no meio do cafezal, sem inviabilizar a passagem de tratores pela lavoura", explica o extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), Jesus Messias de Souza.

O cultivo consorciado de café e soja oferece várias vantagens, sendo a principal delas gerar ao produtor mais uma fonte de renda. "A colheita da soja acontece em março, uma época que o cafeicultor já está descapitalizado e ainda precisa arrumar dinheiro para a colheita do café, que é um grande gasto. Então o dinheiro, que entra da venda da soja, vem em muito boa hora", conta Geraldo.

O agricultor lembra ainda que, no Sul de Minas, a cafeicultura vem sofrendo bastante nos últimos anos com problemas climáticos como secas e geadas. "A soja é um bom negócio, pois ajuda o produtor a se recompor financeiramente em caso de perdas no cafezal e nas baixas fortes do preço da bebida", argumenta. Em 2022, Geraldo colheu 200 sacos de soja, comercializados na região por cerca de R\$ 180 cada. A expectativa este ano é repetir essa quantidade.

O técnico da Emater-MG também vê benefícios no consórcio para a lavoura de café. "A cultura da soja melhora as condições do solo, disponibilizando nitrogênio para o cafeeiro. Além disso, o produtor reduz os custos com o manejo do mato nas ruas do cafezal, que passa a abrigar a soja", destaca o extensionista.

A desvantagem, segundo Jesus, é que a colheita exige muita mão de obra. "Já existem equipamentos (de alto custo), mas na comunidade da Barra, a colheita é feita com roçadeira manual e o beneficiamento com bateadeira de cereais. A mão de obra é toda familiar e é um serviço pesado", explica.

Monte Bravo Holding JV S.A.
CNPJ em Constituição
1º **Traslado - Escritura de Constituição de Sociedade Subsidiária Integral**
Aos 24.10.2022, nesta cidade e Comarca da Capital do Estado de São Paulo, em diligência na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 454, 9º andar, sala 91, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, perante mim, Luã Marques Claudio, escrevente notarial do 15º Tabelião de Notas, Bel. João Roberto de Oliveira Lima, situado na Avenida Dr. Cardoso de Mello, nº 1855 - 3º andar - Vila Olímpia - CEP 04548-005, idoneif (0xx11) 3058-5100, compareceram partes entre si justas e contraditadas, a saber como outorgante e reciprocamente outorgada: **Monte Bravo Participações S.A. ("MB Participações")**, CNPJ/ME nº 34.547.063/0001-84, e NIRE 43208506298, com sua 4ª Alteração Contratual e consolidação do novo Estatuto Social, datada de 1/06/2022, registrada na JUCISRS, sob o nº 43300069702, em sessão de 11/10/2022, cuja cópia fica arquivada nesta nota em pasta própria, neste ato representado de acordo com o artigo 29 do referido Estatuto Social, por seu diretor presidente, **Pier Luiz de Resende Mattel**, RG nº 1062411507, CPF nº 008.736.660-62, eleito conforme alteração contratual acima mencionada em endereço comercial na sede da outorgante; compareceram também, nos termos e para os fins do artigo 1º, §2º da Lei nº 8.966/94, o **Dr. Caio Beltrão Rizk**, OAB/RJ 71527, RG nº 8078379396, CPF/ME nº 006.464.960-18, com endereço comercial na sede da outorgante. Os presentes foram devidamente identificados neste ato por mim escrevente, através dos documentos supramencionados e apresentados no original, do que dou fé. Pela outorgante, na forma como vem representada, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, resolve constituir uma sociedade anônima com a denominação de **Monte Bravo Holding JV S.A.** que atuará como subsidiária integral nos termos do artigo 251 da Lei 6.404/76.

Extrato da Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações Realizada em 24/10/2022
Dia 24/10/2022, às 13h, na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 454, 9º andar, sala 91, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, SP/SP. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Pier Luiz de Resende Mattel**, e secretariados pelo Sr. **Caio Beltrão Rizk**. Presença: Presente a acionista fundadora e subscritora da totalidade do capital social, **Deliberações Unânimemente**: (i) aprovar a constituição de uma sociedade por ações, regida pela Lei nº 6.404/76 ("LSA"), sob a denominação de **Monte Bravo Holding JV S.A. ("Cia.")**; (ii) aprovar o Estatuto Social da Cia., o qual, rubricado pelas partes, passa a integrar a presente Ata na forma do **Anexo I**; (iii) aprovar a subscrição da totalidade do capital social inicial da Cia., o qual constitui o **Anexo II**, neste ato, no valor total de R\$ 10.000,00, dividido em 10.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas conforme o Boletim de Subscrição devidamente assinado pela acionista fundadora e que constitui o **Anexo III**; (iv) eleger o seguinte indivíduo para compor a Diretoria da Cia., com mandato de 3 anos contados desta data, nos termos do Estatuto Social da Cia. ora aprovado: **Pier Luiz de Resende Mattel**, RG nº 1062411507, CPF nº 008.736.660-62; (v) aprovar a fixação da remuneração anual global da administração da Cia. no valor de até 12 salários mínimos nacionais, já incluídos os valores relativos aos benefícios e verbas de representação do administrador, nos termos do artigo 152 da LSA; (vi) aprovar a instalação do Conselho Fiscal, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA; (vii) determinar que as publicações legais a serem realizadas pela Cia. serão feitas em jornais de grande circulação; e (viii) enviar ao administrador ora eleito todos os documentos, livros e papéis relativos à constituição da Cia. ou a esta pertencentes, tendo o administrador eleito ficado incumbido de últimas das formalidades remanescentes para registro da constituição da Cia. perante os órgãos competentes, bem como de praticar todos os demais atos necessários e/ou convenientes à implementação das deliberações acima. Nada mais. Mesa: Pier Luiz de Resende Mattel - Presidente; Caio Beltrão Rizk - Secretário.

Anexo I - Estatuto Social da Monte Bravo Holding JV S.A.
Capítulo I - Nome, Sede, Foro e Duração: Artigo 1º. A Monte Bravo Holding JV S.A. (a "Cia.") é uma sociedade por ações fechada, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76 ("LSA"). **Artigo 2º.** A Cia. tem sede e foro jurídico na Cidade de SP/SP na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 454, 9º andar, sala 91, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051. **§ 1º.** A Cia. poderá, a qualquer tempo, abrir, alterar e/ou encerrar filiais, depósitos, agências, escritórios e/ou outra dependência, no território nacional ou no exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 3º.** A Cia. tem por objeto social a participação societária em outras sociedades como sócia, acionista, no país ou no exterior. **Artigo 4º.** A Cia. terá prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 10.000,00, dividido em 10.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social. **Capítulo III - Assembleias Gerais: Artigo 6º.** A Assembleia Geral compete o exercício das atribuições que lhe são conferidas em lei e neste Estatuto Social. **Artigo 7º.** A Assembleia Geral se reunirá, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre à medida que os interesses sociais assim exigirem. **§ 1º.** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas a qualquer momento por qualquer membro da Diretoria com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e apresentação dos documentos pertinentes, devendo, para tanto, serem observados todos os requisitos e formalidades previstas em lei. **§ 2º.** As Assembleias Gerais serão instaladas: (i) em primeira convocação, com a presença de Acionistas representando, pelo menos, a maioria do capital social votante da Sociedade, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Cia.; e (ii) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Cia. **Artigo 8º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, neste Estatuto Social deverão ser aprovadas pelos votos afirmativos dos acionistas detentores de, no mínimo, a maioria do capital social votante da Cia. **Artigo 9º.** Além das demais competências atribuídas à Assembleia Geral em lei e neste Estatuto Social, competirá também à Assembleia Geral apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) adquirir e alienar imóveis e direitos reais sobre imóveis; (ii) adquirir e alienar direitos relativos à propriedade industrial, através de compra e venda e licitação e de marcas e equipamentos e equipamentos de ativo fixo da Cia.; caso o qual ultrapassar, em cada hipótese, a importância hoje estabelecida de R\$ 50.000,00; (iv) tomar ou conceder empréstimos, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados, aqueles que atenderem aos requisitos fixados pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Capítulo V - Diretoria Executiva: Artigo 11.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da Cia., cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Cia. e a gestão das operações do seu dia a dia. **Artigo 12.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 1 e, no máximo, 5 membros. **§ 1º.** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá a Assembleia Geral designar um substituto. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. **Artigo 13.** A Diretoria Executiva fica investida de poderes para praticar todos e quaisquer atos e funções relacionados aos fins sociais da Cia., inclusive para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, exceto aqueles que, nos termos da lei ou por força deste Estatuto Social, sejam de competência de outro órgão. **Artigo 14.** A representação da Cia. e a prática de atos concederá funções, bem como assumir obrigações cambiais, acceptando-se o desconto e a caução de duplicatas em favor da Cia.; (v) conceder ações e prestar fianças no interesse da Cia.; (vi) nomear procuradores com poderes gerais de administração; e (vii) concluir contratos de trabalhos com empregados para cargos de confiança e com participação no lucro ou no faturamento, bem como contratos de trabalho com remuneração acima de 20 vezes o salário mínimo legal. **Capítulo IV - Administração: Artigo 10.** A Cia. será administrada por uma Diretoria Executiva. **§ Único.** Somente poderão ser eleitos para ocuparem cargos nos órgãos de administração da Cia., e em tais cargos respectivamente empossados

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F5D2-1E0F-BB6F-830A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F5D2-1E0F-BB6F-830A



Hash do Documento

AD092D9A4B6D6B5A8BFFC1606D20C2F1654E030061EA0FB788BDDC7431B8EBC3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
06/02/2023 20:45 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

